

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA
TURMA ESPECIAL: UNOESC UnC UNIPLAC

A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-INSTITUCIONAL
DA UNOESC: LEGITIMIDADE E PERSPECTIVAS

NEUSA BORDIGNON

FLORIANÓPOLIS
2000

Neusa Bordignon

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-INSTITUCIONAL
DA UNOESC: LEGITIMIDADE E PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Nelson Colossi, Doutor

Florianópolis, dezembro de 2000

A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DA UNOESC: LEGITIMIDADE E PERSPECTIVAS


Neusa Bordignon


Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração – área de concentração em Administração Universitária – e aprovada, na sua forma final, pelo curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.


Prof. Nelson Colossi/ Dr.
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos professores:


Prof. Nelson Colossi, Dr. (orientador)


Prof. Almeri Paulo Finger, Dr. (membro)


Prof. José Carlos Zanelli, Dr. (membro)

AGRADECIMENTO

A realização de um curso de mestrado sempre é resultado de muita dedicação, esforço e coragem. Fazê-lo cumulativamente às atividades diárias exige de quem busca esta conquista um redobrado esforço, numa caminhada de muita aprendizagem e superação de limites pessoais. Estes momentos nos fazem perceber a importância dos que caminham ao nosso lado e dos que, com sabedoria, nos orientam para trilharmos, com êxito, esta caminhada.

Quero externar aqui a minha gratidão ao Professor Nelson Colossi pelo incentivo, apoio e dedicação na orientação deste trabalho e aos Professores Almeri Paulo Finger e José Carlos Zanelli pelas contribuições na Banca de Defesa.

Quero externar também a minha gratidão aos mentores, idealizadores e/ou colaboradores do Processo de Institucionalização da UNOESC, lideranças que gentilmente contribuíram com seus depoimentos acerca do tema pesquisado neste estudo.

Aos Professores e Colegas do Curso, pelos momentos e conhecimentos compartilhados e aos servidores do CPGA/UFSC, pela atenção e carinho dispensados.

O meu reconhecimento e gratidão também à “Família UNOESC” pelo apoio e compreensão no decorrer desta caminhada e, especialmente aos Colegas da Reitoria pelo incentivo para que me lançasse a este desafio e pelo apoio e paciência durante todo esse período que tomou parte significativa de meu tempo e atenção.

E, finalmente, quero registrar a minha gratidão à querida Paulinha que de perto partilhou e com intensidade vivenciou todos os momentos desta caminhada. A todos o meu sincero agradecimento.

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	11
1.1. Objetivos	13
1.2. A relevância do estudo	14
1.3. Questões de Pesquisa	16
1.4. Método	17
1.5. Visão geral do trabalho	20
II – UNIVERSIDADE, FUNÇÃO SOCIAL E OS NOVOS CENÁRIOS	22
2.1. A Universidade e sua função social	23
2.2. A Universidade e os desafios do novo cenário	30
2.3. As mudanças decorrentes da nova LDB	38
III – O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	42
3.1. A evolução do Ensino Superior no Brasil	43
3.2. O Ensino Superior em Santa Catarina	47
3.3. O Ensino Superior no Oeste Catarinense	49
IV – O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA UNOESC	50
4.1. Alguns precedentes	50
4.2. A constituição da UNOESC	53
4.3. O Projeto de Universidade	55
4.4. O modelo Organizacional	58
V – CREDENCIAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA UNOESC	60
5.1. Da constituição ao credenciamento	60
5.2. A consolidação	62

5.2.1. O Projeto Político-Pedagógico Institucional	63
5.2.2. O Diagnóstico Institucional	65
5.2.3. A reforma dos ordenamentos jurídicos	66
5.2.4. O Planejamento Estratégico Institucional	67
VI – A EXPANSÃO DA UNOESC	70
6.1. Evolução dos cursos de graduação	71
6.2. Evolução das vagas iniciais	74
6.3. Evolução da pós-graduação	75
6.4. Evolução do alunado	76
6.5. A qualificação docente na UNOESC	78
6.6. A expansão da área física	81
6.7. Na pesquisa e extensão	82
VII – INSTITUCIONALIZAÇÃO, LEGITIMIDADE E PERSPECTIVAS DA UNOESC: a percepção de agentes internos e externos	84
7.1. Sobre o processo de institucionalização da UNOESC	84
7.2. Sobre a importância/relevância da UNOESC para o Oeste Catarinense	92
7.3. Sobre as perspectivas de futuro da UNOESC.....	98
VIII – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	104
8.1. Conclusões	104
8.2. Recomendações	106
IX – REFERÊNCIAS	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Representação gráfica da evolução dos Cursos de Graduação oferecidos pela UNOESC no período 1992-2000	71
Gráfico 02. Representação gráfica do número de cursos de graduação oferecidos em cada campus da UNOESC.....	72
Gráfico 03. Representação gráfica do crescimento das Vagas iniciais oferecidas pela UNOESC no período 1992-2000	74
Gráfico 04. Representação gráfica da evolução das vagas iniciais oferecidas em cada campus – período 1992-2000.....	75
Gráfico 05. Representação gráfica do crescimento do número de alunos da UNOESC no período 1992-2000	76
Gráfico 06. Evolução dos alunos da UNOESC, por campus, em cada semestre letivo – período: 1992 a 2000	77
Gráfico 07. Representação gráfica do crescimento do número de professores com formação stricto sensu – período: 1992-2000	79
Gráfico 08. Evolução dos índices de qualificação do corpo docente da UNOESC e dos professores em capacitação – 1992 a 2000	80

RESUMO

O presente estudo objetivou resgatar e contextualizar o processo de institucionalização da Universidade do Oeste de Santa Catarina, sua trajetória histórica, atuação e relevância social para o desenvolvimento regional, bem como identificar suas perspectivas de futuro. Está delimitado ao grande oeste catarinense, área de atuação da UNOESC através dos seus cinco campi, situados nas cidades-sede de Videira, Joaçaba, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste. O público alvo da pesquisa são “informantes-chaves”, entendidos como agentes internos e externos que acompanharam e/ou participaram ativamente do processo de institucionalização da UNOESC e sua atuação no decorrer de quase uma década de existência.

Trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa, de natureza descritiva e de nível exploratório, sendo que, quanto aos meios, deu-se através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Os dados primários foram coletados por meio de entrevista semi-estruturada e tratados de forma qualitativa, construindo-se categorias a partir das variáveis constantes nas questões de pesquisa. Os dados secundários foram obtidos através de análise de documentos institucionais oficiais relacionados ao tema. No referencial teórico fez-se leitura e análise de bibliografias sobre temáticas relacionadas ao Ensino Superior, à Universidade e sua função social.

Os resultados da pesquisa demonstram que a institucionalização da UNOESC foi um processo construído na contraditoriedade e no conflito. Unir culturas e histórias diferenciadas em torno de um projeto unificado de universidade significou passar por um processo permanente de superação de contradições que colocavam-se na caminhada. Superação que teve como base o desafio de se ter uma universidade capaz de vencer o histórico atraso no Ensino Superior e de ser agente propulsor do desenvolvimento humano e social sustentável. O estudo realizado nos leva a acreditar que a UNOESC é uma instituição com credibilidade, pertinência e relevância social, porque encontra-se em sintonia com a comunidade regional.

ABSTRACT

This study aims to recover and to contextualize the process of institutionalization of the Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, its historical development, its performance, its social relevance to the regional development and its perspectives for the future. The research is focused in the West of Santa Catarina, where UNOESC is established with its five campi in the following host cities: Videira, Joaçaba, Xanxerê, Chapecó and São Miguel do Oeste. The target of the research, the key-informants, are understood as those agents – internal or external – who have come with or have actively participated in the process of institutionalization of UNOESC.

The research was carried out through a descriptive qualitative analysis which was developed through the review of the literature and the data collection. The former data collection comprised semi-structured interviews. The secondary data was obtained through the analysis of official institutional documents related to the theme in study. The review of the literature focused on the analysis of some themes related to the superior education, to the university and its social function.

The results of this study demonstrate that the institutionalization of UNOESC was a process built in the middle of contradiction and conflict. Unifying different cultures and histories around a unified project of university, meant a permanent process to overcome the contradictions that emerged in order to defeat the historical delay in the superior education. The present study makes one realizes that UNOESC is a pertinent institution with credibility and social relevance since it matches the regional community's needs.

I - INTRODUÇÃO

Uma nova concepção de organização vem se cristalizando com características mais voltadas à globalidade e à valorização do ser humano, em decorrência das novas exigências que o momento impõe. Recursos corporais como mão-de-obra, capital e equipamentos estão sendo substituídos por bens não corporais como conhecimento, criatividade, tempo e informação.

O valor de uma organização se mede, hoje, principalmente pela capacidade intelectual de seus recursos humanos. E o novo e grande desafio que esta realidade impõe é a capacidade de gerar competência para a qualidade, gerar liderança, criatividade, renovação e desenvolvimento da responsabilidade pessoal e das habilidades individuais.

Inserida neste contexto, a organização universitária, além de lutar pela sobrevivência nesta selva competitiva, para cumprir seu papel de agente de transformação, tem a desafiadora missão de preparar indivíduos dentro de uma visão crítica, criativa, com habilidades e competência para atuar neste meio. Isto faz da Universidade um valioso patrimônio social, cuja função de gerar e transmitir conhecimento e saber, preservar e estimular a produção, criação e difusão cultural, filosófica e científica, torna-a participante na solução dos problemas da sociedade onde está inserida e a coloca na vanguarda do processo de transformação social.

É desnecessário lembrar que o conhecimento é cada vez mais requisitado como força produtiva, assim como, e especialmente, é instrumento de cidadania que assegura o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, o desenvolvimento social.

O Ensino Superior chegou ao Brasil somente no início do século XIX, com a vinda de D. João VI, com o objetivo de suprir as necessidades da Corte portuguesa, especificamente na formação especializada e na preparação de recursos humanos para a administração pública. Com base na reforma do Ensino Superior, em 1920, surge, da reunião das Escolas Politécnicas e de Medicina com uma das Faculdades de Direito, a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, mais tarde denominada Universidade do Brasil.

Utilizando-se do mesmo modelo de justaposição de unidades de Ensino Superior existentes, foi criada também, em 1927, a Universidade de Minas Gerais e, com alguma inovação, a Universidade de São Paulo em 1934 e, pouco tempo depois, a Universidade do Distrito Federal.

Já em Santa Catarina, o Ensino Superior chegou em 1917, com a criação do Instituto Politécnico, para oferta dos cursos de farmácia, de odontologia, de engenharia e de comércio. Na seqüência, surgiram as Faculdades de Ciências Econômicas, Odontologia, Farmácia, Medicina, Serviço Social, dentre outras. Somente em 1960 os catarinenses conquistaram a sua tão sonhada universidade, com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ainda na década de 60, um modelo singular de Ensino Superior surgiu no estado de Santa Catarina. Através de fundações criadas pelo poder público municipal, o Ensino Superior instalou-se no interior do estado, atendendo à reivindicação de empresários e lideranças políticas e comunitárias que acreditavam que este seria a mola propulsora e indispensável para o desenvolvimento regional.

Assim, em 1968, mais precisamente no dia 28/11/68, foi criada a Fundação Universitária do Oeste Catarinense FUOC, a primeira instituição de Ensino Superior do grande oeste catarinense. Em seguida, criou-se a Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste - FUNDESTE, em 06/12/71 e, pouco mais tarde, a Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe – FEMARP, em 03/07/72, dentre outras. A menção a estas três fundações deve-se ao fato de que foi da junção destas que nasceu, em 1991, a Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, hoje uma das maiores universidades do estado.

A UNOESC nasceu pela necessidade de superar o caráter de excepcionalidade do Ensino Superior ministrado em instituições isoladas no grande oeste catarinense; nasceu para unir forças através da integração e parceria e fazer frente aos grandes desafios de uma região cujas características contextuais e conjunturais eram de marginalidade. Foi concebida com uma forte preocupação de dar suporte científico-antropológico e histórico-social ao processo de desenvolvimento regional do grande oeste catarinense.

Resgatar a trajetória histórica desta jovem Universidade, bem como caracterizar sua relevância social para o desenvolvimento desta vasta região é o que se propõe através do presente estudo.

1.1. Objetivos

Em termos gerais, o presente estudo objetivou conhecer, resgatar e contextualizar o processo de institucionalização da Universidade do Oeste de Santa Catarina, sua trajetória histórica, atuação e relevância social para o desenvolvimento regional e identificar suas perspectivas de futuro.

Especificamente buscou-se:

- ⇒ Resgatar e contextualizar a trajetória histórica da Universidade do Oeste de Santa Catarina, desde a sua constituição até os dias atuais;
- ⇒ Caracterizar a sua relevância social para o desenvolvimento regional;
- ⇒ Identificar as suas perspectivas de futuro quanto ao modelo organizacional, a expansão acadêmica e pertinência/relevância social.

1.2. A relevância do estudo

O presente estudo justifica-se pela importância do resgate da trajetória histórica de uma das maiores universidades do Estado de Santa Catarina, criada para atender às demandas de uma região dinâmica com forte potencial econômico-social e em franco desenvolvimento.

Caracterizada como instituição pública, de direito privado, filantrópica, comunitária, multicampi, a Universidade do Oeste de Santa Catarina teve sua Carta Consulta aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 20 de fevereiro de 1991; seu funcionamento autorizado pelo mesmo Conselho em 06 de novembro de 1991; seu reconhecimento conquistado, junto ao Conselho Estadual de Educação, em 20 de dezembro de 1995 e, por último, seu credenciamento, pelo Decreto Presidencial de 14 de agosto de 1996.

A Universidade nasceu com o desafio de responder às necessidades de integrar-se em parceria com os setores produtivos da sociedade, objetivando a qualificação de recursos humanos para suprir as necessidades do mercado, bem como formar indivíduos capazes de criar novos empreendimentos e negócios nos mais diversos setores da economia. Foi concebida com o propósito de realizar pesquisas que visem à criação de novas tecnologias para o desenvolvimento sócio-econômico da região, ou seja, nasceu para ser um agente de coordenação e dinamização de linhas de pesquisa que contribuam para o desenvolvimento regional.

No decorrer da primeira década de atuação, a Universidade do Oeste de Santa Catarina teve a sua autonomia conquistada através do seu credenciamento em 1996 e, a partir deste, visando atender a uma comunidade que nela apostou, concentrou seus esforços no sentido de expandir seus cursos, bem como de buscar a qualidade destes, conforme pode-se observar através de alguns números encontrados nos registros e publicações da Reitoria, que, resumidamente, passamos a apresentar.

Em 1996, a UNOESC como um todo (Chapecó, São Miguel do Oeste, Videira, Xanxerê e Joaçaba) oferecia 18 cursos de graduação; hoje são 38 cursos oferecidos nas diversas áreas do conhecimento, representando um crescimento de 111%. Ainda em 1996, contava com 7.679 alunos; hoje soma 17.160. Um crescimento acima de 120% em apenas quatro anos.

Em relação à qualificação do corpo docente, há que se dizer que em 1996 havia apenas 64 mestres e um doutor, de um total de 444 professores. Hoje temos 191 mestres e 15 doutores, representando um crescimento de 217% no seu quadro de professores com formação "stricto sensu". Mais importante é o dado de que hoje encontram-se em processo de capacitação em nível de mestrado e doutorado 279 professores: 218 fazendo seu mestrado e 61 cursando doutorado. Isso significa que em um curto espaço de tempo a universidade terá mais de 50% do professorado com a titulação máxima em sala de aula, dado que aumenta a perspectiva de um forte avanço na qualidade de ensino e na expansão da pesquisa na Instituição.

Diante destes números e, sem entrar nos avanços conquistados na pesquisa, na pós-graduação e na extensão, acredita-se que a UNOESC tem sido uma instituição de grande significado histórico, social e político para o Oeste de Santa Catarina.

Estudar essa caminhada, ainda pouco explorada, além de evidenciar os acertos e conquistas no decorrer de sua trajetória, servirá também para identificar fragilidades e deficiências que precisam ser trabalhadas. Neste sentido, entendemos oportuno ouvir a opinião de lideranças da Universidade e da comunidade externa sobre a atuação da UNOESC nesta quase década de existência.

Os resultados destinam-se a alunos, professores, funcionários, dirigentes e a todos quantos têm interesse em conhecer a trajetória de uma jovem, mas pujante Universidade, que nasceu para mudar o perfil da vasta região em que está inserida.

1.3. Questões de Pesquisa

Assim sendo, entendeu-se relevante e oportuno resgatar e contextualizar o processo de institucionalização da Universidade do Oeste de Santa Catarina e nele identificar: Que razões levaram à criação da Universidade? Que dificuldades interferiram nesse processo?

Procurou-se ainda descobrir e analisar a importância e relevância desta Universidade para o Oeste Catarinense, ou seja: Que papel pode exercer a UNOESC na sua região de abrangência? Sua atuação vem respondendo aos anseios e expectativas da comunidade regional?

Buscou-se saber também: que perspectivas de futuro possui a UNOESC em relação ao seu modelo organizacional, à sua atividade acadêmica e pertinência/relevância social?

Esta foi a problemática de fundo investigada ao longo deste estudo.

1.4. Método

Buscou-se atingir os objetivos propostos neste trabalho através de uma pesquisa predominantemente qualitativa. Nesta pesquisa utilizou-se de abordagem quantitativa para o levantamento de dados e qualitativa para analisá-los, mediante a utilização do método descritivo, por se entender que tal método possibilita a identificação das características dos fenômenos, bem como sua ordenação, classificação e significância social.

A pesquisa qualitativa, segundo Triviños (1987), permite analisar os aspectos implícitos ao desenvolvimento das práticas organizacionais e a interação entre seus integrantes. Permite também, segundo Godoy (1995), melhor compreender o fenômeno no contexto onde ocorre e do qual é parte, pois possibilita analisá-lo numa perspectiva integrada. Enfatiza Godoy que a pesquisa qualitativa possibilita o uso da imaginação e da criatividade do investigador, explorando os mais diversos enfoques para o enriquecimento do seu estudo.

Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva e de nível exploratório, uma vez que o tema proposto refere-se a questões ainda pouco exploradas por outros estudos. É também descritiva, uma vez que visa descrever percepções, expectativas e sugestões dos “informantes-chaves”.

Segundo Rudio (apud Menegatti, 1993:120), num estudo descritivo “... o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade, sem nela interferir para modificá-la”. O modelo descritivo e exploratório permite ao pesquisador maior liberdade teórico-metodológica, que possibilita uma ampla visão do fenômeno em estudo e a compreensão em sua plenitude.

Destaca Godoy (apud Hawerth, 1999:100) que “as pesquisas de caráter descritivo e exploratório são apropriadas para estudos onde o conhecimento acerca de determinado tema não permite o estabelecimento de hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica e de campo. Bibliográfica porque sua fundamentação teórico-metodológica valeu-se das mais diversas publicações disponíveis. É também pesquisa de campo, considerando-se a coleta de dados primários, por meio de entrevistas semi-estruturadas e a coleta de dados secundários através de pesquisa documental, utilizando-se de documentos institucionais relacionados ao tema estudado.

A pesquisa documental, segundo Godoy (1995), representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes por constituir-se em rica fonte de dados.

A escolha por entrevista semi-estruturada deu-se pela intenção de se obter informações mais aprofundadas sobre questões específicas.

1.4.1. Universo da pesquisa

O presente estudo está delimitado ao grande oeste catarinense, área de atuação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, através dos seus cinco campi, situados nas cidades-sede de Videira, Joaçaba, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste.

O público alvo da pesquisa de campo são "informantes-chaves", entendidos como agentes internos (dentre os dirigentes e professores) e externos (dentre lideranças políticas e comunitárias) que acompanharam e participaram ativamente do processo de institucionalização da UNOESC e da atuação no decorrer de toda a sua trajetória.

"Informantes-chaves", segundo Gil (1999), podem ser especialistas no tema estudado, líderes formais ou informais, personalidades destacadas, dentre outros. Entrevistas com este tipo de informante são recomendadas em estudos exploratórios.

O grupo de "informantes-chaves" entrevistados é composto por dez pessoas, dentre os ex-dirigente e/ou atuais dirigentes da UNOESC; mentores do Projeto UNOESC e também membros da Comissão Pró-Universidade do Oeste de Santa Catarina;

membros do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, representantes da região oeste à época em que tramitou o processo de institucionalização da UNOESC; expressivas lideranças políticas, tais como: presidente de associação de municípios, prefeitos municipais; lideranças comunitárias e empresariais e professores da universidade.

Cabe destacar que todos os entrevistados são pessoas que têm e sempre mantiveram estreita ligação com a Universidade, bem como tiveram participação ativa e, a grande maioria, participação decisiva à época da constituição da Universidade do Oeste de Santa Catarina e durante todo este período de seu desenvolvimento e expansão. De alguma forma, sempre estiveram e continuam ligados e contribuindo na caminhada da Universidade. São, de fato, “informantes-chaves” pela atuação e participação na construção e no desenvolvimento desta jovem Instituição.

1.4.2. Coleta e tratamento dos dados da pesquisa

Para atender aos objetivos desta pesquisa, inicialmente fez-se leitura e análise de bibliografia especializada sobre temáticas que dizem respeito ao Ensino Superior e mais especificamente à universidade e sua função social.

A pesquisa documental deu-se através da análise de textos históricos e de documentos e ordenamentos institucionais – Projeto de Universidade, Processo de Reconhecimento, Estatuto, Regimento Geral, Diagnóstico Institucional, Planejamento Estratégico, dentre outros - bem como de publicações da Reitoria da Universidade que dão conta do processo de institucionalização, da trajetória histórica da atuação da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Os dados de fontes primárias foram obtidos utilizando-se de um roteiro de entrevista semi-estruturada, aplicada aos “informantes-chaves” anteriormente especificados. O roteiro da entrevista, composto de perguntas abertas, orientou a organização dos dados para sua descrição, interpretação e análise, conforme pode ser observado no anexo 01 deste estudo.

As entrevistas foram previamente agendadas e, com a permissão dos entrevistados, foram gravadas para posterior transcrição e análise. Houve, por parte de alguns dos entrevistados, a solicitação de que a entrevista fosse realizada de forma virtual (por e-mail), colocando-se à disposição para possíveis complementações e esclarecimentos, garantindo assim a interação entre pesquisador e entrevistado.

Para garantir melhor aproveitamento dos dados e informações prestadas pelos entrevistados, procurou-se fazer a entrevista, transcrição, análise e interpretação dos dados no menor espaço de tempo possível.

A participação direta desta pesquisadora, que vivenciou todo o processo de criação e expansão da UNOESC, auxiliou significativamente no levantamento e seleção dos documentos bem como na análise e contextualização dos dados.

Adotou-se a metodologia acima descrita por se entender a mais adequada para o caso e corresponder às necessidades do presente estudo para atingir, com a maior fidedignidade possível, os objetivos aqui propostos.

1.5. Visão geral do trabalho

O trabalho apresenta-se em oito capítulos. O capítulo a seguir refere-se à função social da universidade e os novos cenários. Nesse capítulo buscou-se, através da revisão de literatura, compreender o que é universidade e qual o seu papel perante a sociedade. Procurou-se também identificar os novos cenários que se apresentam a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da realidade vivenciada pela sociedade globalizada. Tudo isso será a base fundamental para a análise e interpretação dos dados, objeto do presente estudo.

No terceiro capítulo procurou-se fazer uma breve retrospectiva histórica do Ensino Superior no Brasil desde as origens até os dias atuais. Mereceu destaque a expansão do Ensino Superior em Santa Catarina, pelo seu sistema singular de Educação Superior.

No quarto capítulo procurou-se resgatar e contextualizar o processo de criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, através de leitura e análise de documentos e textos históricos relacionados ao tema. Igualmente através de pesquisa documental procurou-se, no quinto capítulo, resgatar a trajetória histórica da UNOESC a partir de sua constituição até os dias atuais. Em todo o processo de resgate histórico buscou-se identificar a relevância social da Universidade para a sua região de abrangência, mas isso deu-se, especialmente, no sexto capítulo, que trata da expansão da UNOESC, destacando-se o ano de sua criação, de seu credenciamento e sua situação atual.

O sétimo capítulo traz a análise e interpretação dos dados coletados através de entrevista realizada junto a agentes internos e externos que sempre mantiveram estreita ligação com a Universidade. Buscou-se, nesse capítulo, identificar a percepção desses agentes quanto a: a) razões maiores e as dificuldades do processo de institucionalização da UNOESC; b) importância/ relevância da Universidade para a região; c) perspectivas de futuro da UNOESC, quanto ao modelo organizacional, expansão acadêmica e pertinência/relevância social.

Finalmente, o último capítulo consiste na apresentação das conclusões e recomendações propiciadas pelo desenvolvimento do presente estudo.

II – A UNIVERSIDADE: FUNÇÃO SOCIAL E NOVOS CENÁRIOS

Especialmente nesta época de acirradas transformações, para cumprir seu papel de impulsionadora do desenvolvimento, a universidade tem sua responsabilidade social multiplicada e, mais que qualquer outra organização, precisa de atitudes ousadas, mesmo diante de riscos.

Segundo Schiemper (1989), “o que se constata olhando a realidade é que os países mais avançados só conquistaram seu desenvolvimento social e econômico e sua independência científica e tecnológica após investirem de forma maciça na educação e na saúde”. É, sem dúvida, pela educação que o homem e a sociedade se preparam para os seus desafios (p. 70).

O principal elemento responsável pelo desenvolvimento de uma nação é o ser humano. Daí a necessidade de investir no seu aprimoramento, qualificação e no desenvolvimento de sua inteligência e habilidades para o atingimento das metas maiores. Preparar indivíduos para serem a mola impulsionadora do progresso de um país é um dos grandes papéis da universidade.

Para melhor atingir os objetivos do presente estudo, buscou-se na bibliografia disponível - e será apresentada a seguir - a opinião de diversos autores sobre o que é a universidade e qual a sua função e perante a sociedade.

2.1. A Universidade e sua função social

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº9.394/96), em seu artigo 52, destaca que “as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”. Têm como característica principal a “produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional”.

Ao sintetizar o que é universidade, Wanderley (1985), afirma:

A universidade é um lugar, mas não só ela, privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber; mas deve buscar uma identidade própria e uma adequação à realidade nacional. Suas finalidades são o ensino, a pesquisa e a extensão. Ela é a instituição social que forma, de maneira sistemática e organizada, os profissionais, técnicos e intelectuais de nível superior que as sociedades necessitam. Situa-se na esfera da superestrutura, dentro da sociedade civil, mantendo vínculos com a sociedade política e a base econômica. Serve normalmente à manutenção do sistema dominante, mas pode também servir à transformação social (p. 11).

Já para Dias Sobrinho (1995), “a Universidade é compreendida como um conjunto de processos e relações que se produzem em seu cotidiano” (p.15). Compreendê-la como a tessitura de processos sociais e públicos que se fundamentam na sua dimensão pedagógica é uma tarefa que precisa ser permanentemente enfrentada e renovada.

Sabe-se que a Universidade é uma instituição legitimada pela sociedade para a formação profissional e técnica. Porém, esta função, essencialmente credencialista, pode abafar a capacidade de criação, de inovação e de crítica, que é fundamentalmente o seu papel. Pode significar também um golpe fatal na autonomia universitária, à medida que as universidades abdicam de suas prerrogativas de seleção e organização de conteúdos

e métodos - de acordo com seus próprios critérios e princípios políticos e científicos - para satisfazer às necessidades de formação de recursos profissionais e técnicos, conforme critérios e necessidades conjunturais externas.

A autonomia institucional é ponto fundamental para uma universidade. Porém, a universidade não pode ser concebida como uma ilha, com vida própria e independente, sem nenhum compromisso maior com a sociedade que a criou e da qual ela faz parte.

Para Cimadon (2000), uma das vertentes da visão atual em educação superior é a concepção teórica - sustentada por diversos especialistas em economia e gestão, resultado de seminários internacionais - de que "a universidade deve responder a diversas necessidades que lhe são externas, transformando-se, cada vez mais, numa instituição multifuncional, indispensável e utilitária" (p. 04).

Destaca Cimadon (2000) que, se a universidade deseja ser pertinente, competente e equânime, deverá orientar-se para a pesquisa útil à sociedade onde está inserida. O ensino precisa ser adequado às relações de produção e a extensão necessita voltar-se aos desejos da comunidade. Lembra também que a qualidade e a expansão não podem ser atendidas com discursos. Não há como fazer qualidade sem recursos financeiros e competências científica e administrativa.

Nesta mesma direção, Ristoff (1997) entende que as universidades foram criadas pela sociedade para que esta pudesse melhor ajustar-se a si própria. Entende também que o compromisso de uma verdadeira universidade deve estar além do treinamento de recursos humanos ou da preparação de "bárbaros altamente qualificados". A universidade precisa contribuir para a formação do ser humano em sua totalidade.

De acordo com Ristoff (1997), não basta a universidade estar comprometida com a produção de conhecimento e artefatos úteis do ponto de vista econômico. Ela deverá, sobretudo, (a)firmar o valor da ciência e da formação humana para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Sua presença deve ser sentida questionando, reconstruindo, reafirmando, respeitando e ajudando a consolidar os valores maiores da humanidade. Bem coloca Ristoff: não basta a ciência ser rigorosa, ela deve também estar orientada ao

benefício da sociedade; não basta à universidade ser útil, ela tem que ser também justa, do ponto de vista social.

Acrescenta Belloni (1997) que a universidade é o espaço educacional e social, não apenas da formação de profissionais ou do desenvolvimento de ciência e tecnologia, mas “espaço privilegiado de construção de instrumentos e de agentes da reconstrução do espaço social e da construção de um novo espaço social” (p. 214). Desta forma compreende-se a universidade como educadora e como agente político, porque intervém no processo de desenvolvimento social, assume compromisso com a sociedade e discute as relações de poder.

A universidade é, na concepção de Belloni (1997), “o espaço promissora e crítico, não conformista e aberto à inovação e à transformação do espaço social esgarçado pela desigualdade entre os humanos” (p. 216). Desta forma, a universidade é entendida como um local privilegiado, legitimado e competente para a formação humana, que é cada vez mais reconhecida como a principal riqueza de uma nação.

Nesta mesma direção corrobora Miranda (2000), destacando que “A universidade é o lugar por excelência do culto da liberdade, da tolerância, do direito à diferença”. É o lugar onde se busca o aprender a ser, aprender a aprender, a conviver, aprender a fazer e aprender a empreender. “Cabe privilegiadamente à universidade a formação pela investigação científica e para a investigação científica, a formação pelos valores e para os valores. A formação de especialistas, competentes enquanto técnicos e responsáveis enquanto pessoas” (p. 10).

Fica evidente que a universidade é tida também como uma oportunidade de aquisição de conhecimentos, saberes e técnicas; oportunidade de estruturação de valores; oportunidade de interação onde fronteiras docente/discente, adulto/jovem, muitas vezes se diluem dando lugar ao espaço amplo do diálogo crítico, norteado pelo rigor científico e pela perspectiva humanista.

Está evidenciado também que a universidade constitui-se num núcleo insubstituível do tecido social, do ponto de vista dos conhecimentos e dos saberes, dos valores, da formação humana, do bem estar individual e da solidariedade social.

Ao destacar a natureza social da Universidade, Dias Sobrinho (1995) enfatiza que “é pela e para a sociedade que foram criadas e se mantêm as instituições universitárias”. Porém, deve-se estar alerta aos riscos de se direcionar grandes esforços na qualificação profissional em detrimento da formação e desenvolvimento do ser humano, da disseminação do saber e da criação de novos conhecimentos (p. 22).

Cabe lembrar que o conhecimento é cada vez mais requisitado como força produtiva, mas é também e especialmente instrumento de cidadania que assegura o desenvolvimento humano e social e legitima o desempenho da universidade perante a sociedade.

Que a Universidade deve servir à sociedade que a criou, não há dúvidas. Resta, no entanto, diante da realidade que se apresenta, saber a que sociedade ela deve servir: Se é a alguns poucos privilegiados que fazem dela um instrumento para a preservação dos seus privilégios, ou ela deve romper com o elitismo que a concebeu e engajar-se num projeto nacional que promova um acesso amplo de toda a população.

Para Schlemper (1989), “a universidade brasileira nasceu de um ideal: a autonomia cultural do nosso povo”. Povo este tido como principal responsável pelo desenvolvimento de uma sociedade. Portanto, a qualificação do ser humano, o desenvolvimento e aprimoramento de suas habilidades e potencialidades é primordial para que ela desempenhe seu papel (p. 71).

Uma Universidade autêntica, integrada aos objetivos maiores da coletividade é aquela que, sem criar discriminações nem priorizar alguma classe, é capaz de oferecer conhecimentos necessários para a transformação da sociedade e oportunidade de participar da criação de novos conhecimentos. O verdadeiro espírito universitário é aquele que atinge um conhecimento mais integrado e uma visão totalizadora do mundo.

Ao caracterizar a universidade como educadora e como agente político, porque intervém no processo de desenvolvimento social, assume compromisso com a sociedade e discute as relações de poder, Belloni (1997) enfatiza que “a universidade desempenha o papel de intelectual orgânico dos interesses gerais e coletivos da maioria da sociedade” (p. 214). Assim sendo, a universidade é participante ativo e responsável no processo de produção dos instrumentos de emancipação da população que a sustenta.

Observa-se que, pela relevância da função social da universidade, a sua principal preocupação deve estar voltada para a concretização de sua missão maior, ou seja, comprometida com a transformação de uma sociedade, formando pessoas competentes e políticas, críticas e responsáveis, aptas a interferir no processo de desenvolvimento da nação. Deve estar preocupada em ser uma universidade a serviço de uma educação voltada para a revolução intelectual e moral, que busca resgatar os valores fundamentais de uma nação. Enfim, uma universidade concebida não apenas como um centro de profissionalização, mas como um centro de cultura, de ciência, onde a ética e a justiça são o norte maior das ações por ela empreendidas.

Nesta mesma perspectiva, acrescenta Cerqueira Leite (2000) que o beneficiário maior/primeiro da atuação da universidade deve ser a sociedade. Obviamente, se a universidade forma bons profissionais porque são necessários para o bom funcionamento da sociedade, ela estará satisfazendo também aspirações pessoais. Porém, a missão da universidade é muito maior que a produção de bons profissionais. Ela é a principal responsável pela geração, organização e difusão do conhecimento e pela preservação da cultura.

Os permanentes desafios impostos à universidade na sua relação com a sociedade – quer seja pela responsabilidade social que lhe é atribuída na difusão do saber e de uma visão/atuação críticas, ou pelo desafio de engajamento na construção da cidadania, apesar da escassez orçamentária - exigem da universidade expressiva capacidade de adequação às demandas socio-econômicas, permanentemente reformuladas e em constante mutação nas sociedades contemporâneas.

Concebidas como processos sociais intimamente relacionados, na perspectiva de Pires (1999), universidade e sociedade vão, permanentemente, (re)definindo-se e (re)criando-se, mediadas por relações de poder e formas diversas de engajamento na construção coletiva da cidadania. O sucesso destas experiências está condicionado à capacidade de articulação dos diversos atores sociais - universidade, estado, iniciativa privada, grupos organizados - em torno de objetivos claramente definidos e de uma atuação capaz de contemplar questões sociais mais amplas.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito universitário se rearticulam a partir de novos desafios e de novas demandas econômico-sociais, permitindo, por conseguinte, uma permanente socialização e reformulação do conhecimento, demandas essas que emergem da sociedade e da universidade enquanto processos sociais que interagem permanentemente.

A universidade ainda é um espaço valioso na sociedade para o resgate do compromisso da transformação social. Para isto, ela precisa adotar uma postura desafiadora, com propostas desvinculadas da transmissão pura e simples da informação convencional que impõe modos de pensar e agir, mas sim que possibilitem ao estudante universitário, ao cidadão comum, ao homem de negócios, compreender as relações sociais que permeiam as atividades humanas, aguçando sua consciência crítica, sua criatividade e estimulando-os a participar do processo de construção da cidadania.

Na concepção de Lianza (1999), a universidade deve constituir-se numa instituição com postura ativa e propositiva diante das causas e conseqüências do modelo social vigente. A universidade

deve participar claramente na elaboração e na construção de uma agenda para a resolução dos problemas do país. Isto é um desafio e uma missão intrínseca da universidade. As instituições de Ensino Superior devem buscar influenciar os destinos do país e, particularmente, a resolução dos graves problemas aos quais a sociedade está submetida (LIANZA, 1999, p. 41-42).

Enfatiza Lianza (1999) que a universidade tem como papel fundamental contribuir com a construção da identidade da nação. Prossegue destacando que, ao enfrentar essas incursões, as instituições universitárias não podem, em hipótese alguma, desviar sua atenção da responsabilidade maior com o ensino, a pesquisa, a extensão e com a garantia da qualidade científica. Em contrapartida, a sociedade engaja-se numa “aliança dos atores sociais em defesa da Universidade”. Aliança estratégica, segundo Lianza, para a sustentação de uma universidade que lhes seja útil no cotidiano, vista como uma aliada para o seu crescimento como seres humanos, cidadãos e como sociedade. Aliança em busca de uma universidade forte e capaz de atender aos interesses da nossa sociedade e empenhada no desenvolvimento do conhecimento universal. Uma universidade capaz de contribuir, efetivamente, na construção da nação (p. 42).

Para finalizar, cabe lembrar a idéia de universidade que empolgou, na década de 30, o grande educador Anísio Teixeira, quando afirmava:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata somente de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata somente de preparar práticos ou profissionais de ofícios ou de artes. A aprendizagem direta os prepara ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que universidades. Trata-se de manter uma atmosfera de saber, para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que ela se tome constante e progressiva (TEIXEIRA apud SCHLEMPER, 1989, P. 76).

As afirmações dos diversos autores apresentadas neste capítulo apontam e reforçam a convicção de que a relevância de uma universidade está diretamente relacionada à sua qualidade e ao seu nível de comprometimento com a sociedade onde está inserida. Uma universidade somente terá credibilidade e legitimidade social se for uma instituição de qualidade e suas ações correspondem aos anseios e expectativas da comunidade que a criou.

Reforçam também o entendimento de que a relação entre universidade-sociedade deve ser sempre uma via de mão-dupla: a sociedade precisa se organizar para, com a universidade, conquistar a capacidade de resolver seus problemas. Atuar em sintonia com a sociedade, para a sociedade e em função da sociedade, é a missão da universidade.

2.2. A Universidade e os desafios do novo cenário

Chegamos ao final do século, com um cenário desafiador para as instituições de Ensino Superior brasileiras que, pela primeira vez, estão perdendo benefícios fiscais e parafiscais, sujeitas ao credenciamento, recredenciamento ou descredenciamento. O desafio é ainda maior no setor privado, que se depara com uma desenfreada concorrência, defrontando-se com elevados índices de inadimplência, além de inúmeras outras dificuldades por que passam as organizações de um modo geral na atual conjuntura econômica.

O fenômeno da globalização, presente em todos os setores da sociedade, desafia os administradores de um modo geral a decisões rápidas e precisas que determinem a consolidação das organizações, através de uma política de ações calcadas basicamente na qualidade dos seus produtos e serviços ou, do contrário, estarão fadadas à decadência e ao desaparecimento.

No caso das universidades, antigas formas de gestão passam a ser confrontadas com a necessidade de agilidade e flexibilidade, tanto administrativa quanto acadêmica, para enfrentar a realidade deste mundo em rápida e vertiginosa mutação. As pressões sociais se fazem sentir mais firmes e decisivas, os governos passam a questionar mais seus resultados e a cobrar, com maiores exigências, um eficiente desempenho do papel desse importante segmento da sociedade.

Vivemos tempos, segundo Morosini (1997), “onde não há mais muita certeza teórica, onde paradigmas são questionados em sua legitimidade, a ênfase é colocada na qualidade do ensino e o estudo dos fatores sociais ligados às aprendizagens escolares reveste-se de uma ‘pertinência’ social nova” (p. 141).

O contexto universitário é reiteradamente convidado a mudar processos, rotinas, currículos e até mesmo sua forma de relacionar-se com a sociedade para estar na vanguarda das transformações, preparando cidadãos aptos para atuar, com eficiência e qualidade, nesta nova realidade.

De acordo com Trigueiro (1999), o conhecimento é a “mola mestra” dos processos de transformação por que passa a sociedade contemporânea. Cada vez mais, jovens e adultos buscam as universidades visando à promoção social e a novas oportunidades de inserção e atuação no mundo do trabalho. Esta busca crescente deve-se também às mudanças nos padrões de antigas profissões e nos perfis de atuação que demandam maior criatividade, agilidade, capacidade inovadora e empreendedora por parte dos indivíduos.

A nova realidade vivenciada pela sociedade globalizada exige da Universidade respostas mais rápidas e produtividade em ritmos adequados a outros tipos de organizações. Embora de formas e níveis diferenciados, “países de todas as regiões do mundo passam a creditar à educação a responsabilidade de promover, rapidamente, o desenvolvimento, no ritmo acelerado que a competitividade internacional exige” (DIAS SOBRINHO, 1999, p. 150).

Prossegue Dias Sobrinho enfatizando que, obrigadas à competitividade, disputando os poucos recursos disponíveis, as universidades se submetem a normas e lógicas que põem em risco a sua identidade institucional. Desta forma, quando não conseguem atender satisfatoriamente a todas as demandas - muitas vezes incoerentes e até mesmo contraditórias – as universidades, avaliadas unicamente pelos critérios e códigos do mercado, passam por instituições socialmente ineficazes, ou seja, são tidas como instituições não aptas a oferecer soluções qualificadas para muitos dos desafios do mundo contemporâneo.

Está evidente que alguns segmentos da sociedade vêem a Universidade como a principal instituição que deve dar respostas objetivas, técnicas e eficientes a essa sociedade cada vez mais modelada pela tecnologia.

Segundo esta concepção, “a qualidade da Universidade é medida pela sua eficiência em corresponder às demandas do mercado, especialmente à formação de força de trabalho e a investigações que resultem em conhecimentos funcionais” (DIAS SOBRINHO, 1999, p.158-159).

Evidencia-se aqui o dilema da disputa entre duas poderosas forças que vivem hoje as universidades:

De um lado, as forças poderosas do mercado tentando marcar a ferro e fogo e por toda a parte a semântica da qualidade, com os critérios da eficiência, produtividade, rentabilidade, menor custo e também competitividade, ajuste ao mercado e mensurabilidade. Por outro lado, a comunidade científica – certamente a várias vozes e a despeito de suas divisões internas – deve procurar socializar conceitos de qualidade educativa radicalmente distintos do sentido corrente da qualidade em termos mercadológicos. Trata-se, aqui, de construir e assegurar uma qualidade de educação como processo de construção e promoção da democracia e da cidadania (DIAS SOBRINHO, 1999, p.165).

Para o autor, espera-se de uma instituição universitária o cumprimento do seu compromisso social de produzir conhecimentos científicos e tecnológicos relevantes para o conjunto da sociedade, isto é, em primeiro lugar, espera-se a construção de conhecimentos que contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária. Isto, além do atendimento às demandas sociais relativas à capacitação de profissionais aptos a atuar no novo mercado de trabalho.

Enfatiza Dias Sobrinho (1999) que

a função crítica da universidade concerne à formação de profissionais competentes em termos das novas necessidades dos postos de trabalho, que incluem a capacidade de identificar problemas e propor soluções, de discutir alternativa e criar as condições para a obtenção de melhores resultados, mas também em termos de participação cidadã para a melhoria das condições de vida da maioria da população excluída das benesses do mercado. (p. 167).

Cimadon (2000), ao fazer uma reflexão sobre as tendências do Ensino Superior no Brasil, destaca as intensas transformações técnico-científicas e, sob outro prisma, o ressurgimento das idéias do iluminismo (igualdade, liberdade e fraternidade) espelhadas no manto da globalização. Destaca que o mundo tornou-se virtual e, todos os dias, a infernal violência da mídia coloca em nossa frente todas as informações, com espantosa rapidez. A mudança tornou-se um fenômeno assustador: mudança do estilo de liderança, de gestão, de poder, de valores, de qualidade, diversidade de produtos, mudança. É o fim do mundo que conhecemos, é o fim das organizações tradicionais.

Acrescenta Cimadon (2000) que estamos iniciando o século XXI numa sociedade com novos valores: da moeda eletrônica, do fim do emprego de fábrica, da produção liberal, onde as linhas demarcatórias geográficas dos países já não se caracterizam por extensão de terras, mas pela capacidade científica, com clara demonstração de que a independência dos povos se dá pelo domínio da tecnologia. Prossegue enfatizando que até o conceito de soberania passa a ser questionado, dando lugar ao conceito de interdependência. Tempos em que as relações de produção do futuro prevêem o conhecimento como centro, do qual dependerão a economia, a produção e o poder. Tempos em que a tônica passa ser a competitividade, em todos os sentidos e em que o conhecimento será o multiplicador da riqueza.

Diante deste cenário, questiona Cimadon: Qual é o papel e a perspectiva da universidade? Que tipo de profissional deve ser formado? Quais as habilidades a serem aprendidas e exercitadas? Em que tipo de problemas de pesquisa devem ser investidos recursos financeiros? Como aliar financiamento à qualidade? E mais: as instituições mantidas por mensalidades têm condições de melhorar sua qualidade? Pode-se fazer qualidade apenas com a titulação dos recursos humanos? Os programas de titulação atendem aos requisitos mínimos de qualidade? O que fazer para manter professores altamente qualificados e motivados? Como formar pesquisadores talentosos? Como agregar e manter qualidade aos estúdios de radiodifusão, bibliotecas, laboratórios, sistemas informatizados, instalações, diante desta realidade?

A flexibilização permitida e incentivada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional permite às universidades maiores possibilidades de implementar uma educação inovadora para melhor adaptar-se e corresponder às expectativas e tendências do novo cenário. Monteiro (1999) destaca como principais tendências neste momento histórico:

- ◆ Tendência a uma educação centrada no educando e desenvolvida em ambientes e organizações diversificadas;

- ◆ Tendência a um significativo aumento de parcerias entre instituições de educação formal e as organizações empresariais, intensificando a participação das empresas na disseminação da aprendizagem;
- ◆ Tendência à intensificação do uso de tecnologias educacionais de ponta e apoio a metodologias avançadas e mais atraentes que facilitam o processo de aprendizagem;
- ◆ Tendência ao surgimento de universidades virtuais para oferta de ensino a distância como forma para universalizar o conhecimento;
- ◆ Tendência a uma educação voltada para atender às necessidades de mercado com vistas à empregabilidade.
- ◆ Tendência à formação de talentos humanos, buscando desenvolver no educando habilidades e competências para atender às necessidades do mercado globalizado.

Segundo o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, a Conferência Mundial sobre Educação Superior, promovida e coordenada pela UNESCO, em Paris, no mês de outubro de 1998, constituiu um momento importante para o exame do futuro da Educação Superior. Como coroamento de seus trabalhos, foi emitida a “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação”.

A referida Declaração foi elaborada levando em conta o contexto em que se encontra a humanidade neste limiar de novo século, neste início de uma nova era da civilização na qual a educação, o conhecimento e a informação desempenharão um papel de crucial importância. Destaca que, entre outros anseios da humanidade,

a educação superior deverá contribuir para: desenvolver uma cultura de paz, construir uma sociedade que aprende, manter processos de aprendizagem permanente, democratizar a sociedade do conhecimento, viabilizar o uso compartilhado do conhecimento e da informação como matérias-primas para o desenvolvimento social, capacitar as pessoas para viverem em um mundo de rápidas mudanças, viabilizar os novos paradigmas da ciência baseados na probabilidade, criar condições para que a formação de nível superior e

também o trabalho possam superar as orientações centradas no posto de trabalho e no mercado, mediante estratégias voltadas para a empregabilidade e para os campos de atuação profissional configurados a partir das necessidades sociais (CRUB, 2000).

A partir da Declaração de Paris, os participantes do Fórum CRUB V, que tinha como tema “Tendências da Educação Superior para o Século XXI”, avaliaram as exigências da realidade atual do Ensino Superior e explicitaram linhas de ação concretas para os principais agentes responsáveis pela orientação do Sistema Universitário do País (Estado, CRUB e dirigentes universitários). Aos dirigentes das instituições universitárias foram especificadas, para fazer frente aos cenários que se apresentam, as seguintes atuações:

- ◆ Articular-se com os governos estaduais, instituições de Ciência e Tecnologia e com outras instituições sociais para implementar as políticas integradas de Ciência, de Tecnologia e de Ensino Superior que contribuam para o desenvolvimento sustentável do País, em suas dimensões locais e regionais;
- ◆ Realizar e manter processos contínuos de avaliação das suas funções, de forma a orientar o planejamento e a melhoria da gestão e das práticas institucionais relativas à produção de conhecimento, ao ensino e à extensão, com relevância, pertinência e qualidade;
- ◆ Definir e desenvolver programas institucionais consistentes com as políticas de Ciência, Tecnologia, Culturais e de Ensino Superior, projetadas em conjunto com as universidades do País, que atendam às necessidades presentes e futuras da sociedade;
- ◆ Fortalecer a sua função cultural, promovendo os valores humanísticos e sociais das comunidades com as quais se relaciona, bem como os valores éticos e cívicos da sociedade brasileira;
- ◆ Estimular, de forma contínua, a participação ativa dos estudantes na vida acadêmica e na avaliação institucional, respeitando o direito de organização autônoma dos mesmos;
- ◆ Ampliar a qualidade e relevância dos programas de educação superior e de pesquisa, mediante a promoção e a facilitação do intercâmbio nacional e internacional de pessoal docente e discente;

- ◆ Diversificar e ampliar o acesso à Educação Superior, assegurando os princípios de equidade de oportunidades e de mérito, promovendo e incentivando a criatividade e a capacidade de empreender, especialmente em múltiplas modalidades de Ensino Superior, além dos cursos de graduação, de mestrado e de doutorado;
- ◆ Promover múltiplas oportunidades de educação continuada ou permanente em nível superior, atendendo às diferentes necessidades da sociedade em termos de educação geral, técnica e profissional;
- ◆ Desenvolver e colaborar na elaboração e realização de programas e ações orientadas para reduzir as disparidades regionais no que diz respeito à educação superior e à produção de conhecimento científico e tecnológico;
- ◆ Promover políticas específicas de ensino, pesquisa e extensão que contemplem problemas sociais emergenciais do país: pobreza, desemprego, deterioração ambiental, violência e saúde da população;
- ◆ Promover estudos, investigações e consultas para identificar e dimensionar necessidades e demandas sociais que devem ser atendidas pelas universidades ou que requeiram capacitação e mobilização de suas potencialidades, em consonância com seu papel na sociedade;
- ◆ Destacar o papel da produção de conhecimento pelas universidades como um recurso de fundamental importância para garantir a qualidade do ensino e da extensão e a própria sobrevivência da instituição universitária;
- ◆ Disseminar a aplicação de novos conhecimentos e de tecnologias, de diferentes áreas e campos de atuação profissional, assegurando o aprimoramento dos processos de produção de conhecimento, de aprendizagem e a ampliação das oportunidades de acesso ao Ensino Superior;
- ◆ Desenvolver experiências inovadoras nos sistemas de ensino, nos programas de trabalho, nos currículos e nos processos pedagógicos que assegurem a participação ativa, a transformação pessoal e o pleno desenvolvimento das potencialidades de cada estudante;
- ◆ Desenvolver modelos inovadores de gestão que contribuam para a racionalidade do processo decisório, elaboração dos orçamentos, adequação dos processos de

execução orçamentária, de forma a aumentar a transparência e aprimorar o monitoramento das atividades administrativas;

- ◆ Criar mecanismos, oportunidades e procedimentos institucionais que possibilitem maior participação das comunidades na definição, condução e avaliação das suas políticas de atuação;

- ◆ Intensificar e aprimorar a sua comunicação com a sociedade, em relação a seus trabalhos, suas funções e à produção científica, tecnológica e cultural;

- ◆ Desenvolver programas de valorização e qualificação de seus recursos humanos, docentes, técnicos e administrativos, de forma a assegurar o contínuo aprimoramento da carreira universitária;

- ◆ Realizar debates internos e com a comunidade local, objetivando explicitar a definição e aprofundar a compreensão da missão institucional, tendo em vista a concretização das recomendações da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI;

- ◆ Desenvolver ações de aprimoramento e adequação da organização universitária, de forma a assegurar a integração das funções e estruturas, bem como reverter as tendências de fragmentação na instituição;

- ◆ Fortalecer as atividades de cooperação interinstitucional, especialmente no âmbito regional, incentivando a complementaridade de atuação e a realização de programas conjuntos pelas universidades (CRUB, 2000).

Diante dos cenários que se apresentam, a nova realidade exige da universidade uma imediata readequação e a busca de maior eficácia no cumprimento do seu papel de agente de interação, no acelerado processo de desenvolvimento presente em nossos dias.

Ristoff (1996), quando fala do compromisso da Universidade, lembra que ele vai além do compromisso de treinar recursos humanos ou de preparar “bárbaros altamente qualificados”. Enfatiza que “nosso compromisso é o de contribuir para a formação do homem, do ser humano, em sua totalidade”. Destaca também que a profissão é tão somente um aspecto do ser humano que ajuda a completá-lo. Isto a torna necessária, mas não exclui a necessidade da preocupação com o todo (p. 75).

Mais que formar profissionais, a universidade deve preocupar-se em identificar talentos, em formar cidadãos capazes de agir e interagir como agentes de transformação do meio onde estão inseridos, capazes e desejosos de contribuir para a construção de novos conhecimentos, de novos caminhos, de novos cenários nesta era de intensas transformações.

2.3. As mudanças decorrentes da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trouxe para o ambiente educacional amplas possibilidades de mudanças e inovações em todos os níveis de ensino.

Para Gonçalves (1997), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresenta as seguintes características:

- ☞ É flexível, porque procura respeitar as diferentes realidades do país, das regiões, das localidades;
- ☞ É descentralizadora, visto que fortalece a autoridade e a autonomia dos sistemas e instituições;
- ☞ É criativa, ao propor diferentes caminhos e alternativas pedagógicas visando à melhoria da aprendizagem e do padrão de qualidade das escolas;
- ☞ É incentivadora, quando abre perspectivas à realização do educando, ao rejeitar sua retenção e estimular seu avanço crescente.

Destaca Gonçalves (1997) que, pelos valores que declara e diretrizes de currículos que aponta, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional abre possibilidades para a busca progressiva da própria autonomia do educando, travessia para a conquista de sua cidadania.

Dentre as amplas possibilidades de mudanças e inovações trazidas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Monteiro (1999) destaca algumas trazidas ao ambiente universitário:

- ◆ A oferta de cursos seqüenciais: cursos de nível superior, de diferentes níveis de abrangência, por campo do saber, definidos como um conjunto de atividades sistemáticas de formação, alternativas ou complementares aos cursos de graduação.
- ◆ A possibilidade de aceleração de estudos por parte dos estudantes, que terão oportunidade de demonstrar seus conhecimentos por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial. Isto possibilita o reconhecimento de habilidades e competências extracurriculares, abreviando assim a duração dos seus estudos na universidade.
- ◆ A nova Lei de Diretrizes e Bases mantém a obrigatoriedade da freqüência sem, contudo, estabelecer um mínimo. Cabe a cada instituição de ensino adotar os parâmetros de freqüência, de acordo com o tipo de oferta de ensino e metodologia adotada.
- ◆ Quanto ao ingresso ao Ensino Superior, a nova legislação apenas prevê que cada instituição de ensino é livre para estabelecer o processo de seleção para o ingresso em seus cursos superiores, desde que atendido o princípio constitucional da igualdade de condições para acesso e permanência na escola.
- ◆ A flexibilização dos currículos escolares foi outra importante mudança trazida pela nova LDB: ao Ministério da Educação compete somente fixar diretrizes curriculares gerais, privilegiando a indicação de áreas do conhecimento a serem consideradas, ao invés de estabelecer disciplinas e definir cargas-horárias como ocorria anteriormente. Esta mudança dá às Instituições de Ensino Superior maior flexibilidade na construção dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, possibilitando definição de diferentes perfis profissionais, para cada área do conhecimento.

Para Cury (1997), a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional flexibiliza a base e o processo educativo, porém estabelece um controle jamais visto na educação brasileira.

Em relação ao Ensino Superior, destaca Cury (1997) que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional mantém a autorização, o reconhecimento de cursos e o credenciamento de instituições como prerrogativas dos poderes públicos. Porém, estas autorizações e credenciamentos não são mais indefinidos no tempo. Eles têm prazos limitados, com renovação periódica após processo regular de avaliação e, em caso de deficiências, não sanadas nos prazos estabelecidos, há possibilidade de desativação de cursos e habilitações, intervenção, suspensão temporária de prerrogativas, chegando até ao descredenciamento da instituição.

Através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, segundo Cury (1997), a União se investe de poderes sobre a educação escolar, em todos os níveis, a partir das noções de coordenação e avaliação, como jamais se viu em regime democrático no Brasil. Ela possui o controle sobre o processo avaliativo do rendimento escolar de todos os níveis da educação escolar e o controle da avaliação das instituições e dos cursos no Ensino Superior, além de baixar normas gerais sobre cursos de graduação e de pós-graduação.

Prossegue destacando que, como conjunto normativo, a nova LDB se polariza entre a flexibilidade inicial do processo e da estrutura e a avaliação do rendimento escolar, enquanto produto do Ensino Superior. No seu espírito, inclui a educação como produto, insistindo na noção de qualidade e de excelência (CURY, 1997, p. 12).

Saviani (1998), ao analisar os limites e perspectivas da nova LDB, conclui: “é uma lei com a qual a educação pode ficar aquém, além ou igual à situação atual” (p. 226).

A flexibilização permitida, incentivada e vigiada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aliada à nova realidade e às exigências de um mercado altamente competitivo, já começa a apresentar resultados, apontando novas tendências para a educação superior no Brasil. Essa flexibilização permite e exige das universidades ações mais arrojadas visando melhor cumprir seu papel perante a sociedade.

Através das inúmeras citações apresentadas neste capítulo, ficou evidenciado que a universidade ainda é um espaço ímpar na sociedade para resgatar o compromisso da transformação social. Para cumprir seu papel, urge a adoção de uma postura desafiadora, encontrando caminhos que propiciem ao ser humano melhor compreender as relações sociais, aguçando sua consciência crítica, sua criatividade e estimulando-o a participar do processo de construção da cidadania. Uma postura onde a preocupação maior esteja voltada e comprometida com a formação de pessoas competentes e políticas, críticas e responsáveis, aptas para interagir e interferir no processo de desenvolvimento da sociedade. Uma postura comprometida, não apenas com a produção de conhecimentos úteis do ponto de vista econômico, mas, sobretudo, que busque afirmar o valor da ciência e da formação humana para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

A presença de uma universidade comprometida com o seu meio é sentida questionando, construindo e buscando alternativas que visem à consecução e consolidação dos anseios e interesses maiores da sua comunidade.

III - O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O Ensino Superior chegou ao Brasil no início do século XIX, com a vinda de D. João VI, em decorrência da invasão napoleônica de Portugal. Porém, salienta Azevedo (1963), que D. João VI limitou-se tão somente à criação de instituições de Ensino Superior que suprissem as necessidades da Corte Portuguesa, especialmente nas formações especializadas e na preparação de recursos humanos para a administração pública.

Para Teixeira (1989), o Ensino Superior no Brasil se desenvolveu em dois períodos distintos: o primeiro, caracterizado pelas grandes escolas profissionais de medicina, direito e engenharia, e o segundo, pela expansão das escolas de filosofia, ciências e letras, de economia e outras que se sucederam.

Afirma o citado autor que, da reunião das escolas Politécnica e de Medicina com uma das Faculdades de Direito surge finalmente em 1920, com base na reforma do Ensino Superior, a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, mais tarde denominada Universidade do Brasil. Utilizando-se do mesmo modelo de justaposição de unidades de Ensino Superior existentes, foi criada também, em 1927, a Universidade de Minas Gerais e, com alguma inovação, a Universidade de São Paulo, em 1934. Pouco tempo depois foram criadas também a Universidade do Distrito Federal, a Universidade de Porto Alegre, dentre outras que se sucederam.

Para fazer frente ao ideal de “autonomia cultural do nosso povo” - razão pela qual, segundo Schlemper (1989), nasceu a universidade brasileira - foi criada, em 1934, a Universidade de São Paulo, que, de forma inovadora, congregou, além das tradicionais, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Instituto de Educação. Ideal este que, em grande parte, foi atingido através da formação de uma elite cultural nacional.

Essa elite cultural permitiu a produção científica, em termos de competência e de conhecimento, que influenciou decisivamente nos rumos do País por mais de trinta anos. Os conhecimentos e as tecnologias geradas e assimiladas por essa elite serviram de suporte

logístico ao desenvolvimento sócio-econômico da época e, enfatiza Canuto (1987), indicaram o caminho a percorrer para a busca da hegemonia perdida.

Para Azevedo (1996), malgrado a cronologia, a primeira universidade criada no Brasil – na verdadeira acepção da palavra – foi a Universidade de São Paulo, em 1934. Destaca Azevedo que o processo de instauração da universidade foi tortuoso (humanismo versus praticidade), complexo e sofreu inflexões que ainda estão presentes nos debates atuais.

Durante todo o processo de implantação e de expansão do Ensino Superior no Brasil, o conceito de universidade tem variado significativamente. O modelo original consagrado como lugar privilegiado do saber universal livre e desinteressado passa, segundo Romero (1988), a uma universidade dos investigadores, da referência ao progresso, do modelo ideológico de formação e como fator de produção.

Com a Revolução Industrial chegou a especialização, a profissionalização. Os conhecimentos tecnológicos passaram a ganhar crescente importância face ao desenvolvimento científico, quando novamente a universidade foi chamada a contribuir na capacitação de recursos humanos para estes novos desafios. O setor primário também foi alcançado e o setor de serviços sofre grande influência da ciência e da tecnologia até os dias atuais (SCHLEMPER, 1989).

3.1. A evolução do Ensino Superior no Brasil

3.1.1. Das origens até os anos 90

De 1920 a 1950 foram criadas oito universidades públicas, registrando-se, na década de quarenta, as primeiras universidades privadas criadas por organizações religiosas católicas no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Uma nova fase de desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico iniciou-se na década de 60. Para Schlemper (1989), esta fase passou a exigir da universidade um novo papel: a formação de recursos humanos para fazer frente às necessidades econômicas daquele momento, ou seja, fazer frente à demanda de recursos humanos especializados e à formação de um mercado interno sofisticado e competitivo, atendendo a uma exigência política da época.

Segundo dados estatísticos do Ministério da Educação, em 1960 os alunos da rede particular representavam 45% (quarenta e cinco por cento) do total de estudantes no Ensino Superior, contra 55% (cinquenta e cinco por cento) que estavam na rede de ensino gratuito (MEC, 2000).

Destaca Schlemper (1989) que até 1967 foram criadas, no Brasil, quarenta e uma universidades públicas e vinte e duas universidades particulares. A partir de 1968 houve uma grande expansão do ensino privado no País, chegando a atingir, em 1970, o índice de 70% dos alunos matriculados no Ensino Superior. Destaca também que esta desenfreada expansão foi contornada através de mecanismos adotados a partir de 1974, para controlar a criação de novas instituições de Ensino Superior, sendo que no início da década de 80 a rede pública já matriculava cerca de 40% do alunado de terceiro grau. Em 1986 o Brasil já contava com 51 universidades públicas e 31 particulares.

Em 1998, de acordo com os dados levantados pelo último Censo da Educação Superior publicado pelo Ministério da Educação, 38% (trinta e oito por cento) dos alunos do Ensino Superior freqüentavam instituições públicas de Ensino Superior, enquanto 62% (sessenta e dois por cento) faziam parte da rede privada (MEC, 2000).

Cabe destacar também que, de acordo com os dados publicados pelo Ministério da Educação, as instituições particulares são as principais responsáveis pelo crescimento do Ensino Superior no Brasil nos últimos anos. De 1980 até os dias atuais, o número de estabelecimentos privados no setor cresceu 57,6% (cinquenta e sete vírgula seis por cento), passando de 682 para 1.075 estabelecimentos. Neste mesmo período, o número de instituições públicas sofreu uma redução de vinte e cinco por cento (MEC, 2000).

3.1.2. Nos dias atuais

Castro (2000), destaca que, apesar do esforço do Governo Federal em ampliar o número de novas vagas oferecidas pelas Instituições Federais – 34.195 somente em 1999 –, a expansão do ensino privado ainda esteve à frente em 1999. Das 124 instituições de Ensino Superior criadas no último ano, mais de 95% são particulares.

O último Censo da Educação Superior, realizado pelo Ministério da Educação, aponta que, em 1999, o crescimento do universo de alunos matriculados no Ensino Superior permaneceu sob o domínio das instituições particulares: 64% (sessenta e quatro por cento) dos alunos do Ensino Superior estão na rede privada. Cabe destacar que o Plano Nacional de Educação – aprovado pela Câmara e tramitando no Senado – exige a proporção de 40% das matrículas no Ensino Superior em instituições públicas e 60% em instituições privadas.

Mesmo diante da considerável caminhada para atingir o ideal de 30% (trinta por cento) da população entre 18 e 24 anos frequentando o Ensino Superior – que hoje atinge um índice de 14% (quatorze por cento) - o Ministério da Educação e Cultura comemora o crescimento do número de matriculados no Ensino Superior em 43,1% nos últimos cinco anos. Segundo Castro (2000), esse crescimento responde às medidas adotadas a partir de 1995 para melhorar a produtividade do Sistema de Ensino Superior Brasileiro como um todo.

Enfatiza Castro (2000) que, além do crescimento quantitativo, grandes esforços foram direcionados no sentido de qualificar o sistema de ensino e corrigir distorções históricas, especialmente no setor privado. Dentre as medidas adotadas, destaca o programa de avaliação dos cursos vinculado ao processo de renovação do reconhecimento, a mudança dos critérios para criação de cursos, a reforma curricular em andamento, a mudança no processo de escolha dos dirigentes universitários e o fundo de apoio à infra-estrutura física das instituições federais.

Castro (2000) destaca também o significativo investimento na qualificação do corpo docente. De acordo com o Censo realizado pelo Ministério da Educação, em 1994 os cursos de graduação do país contavam com 21.326 professores com título de doutor. Em 1999 este número subiu para 34.937, atingindo, nestes cinco anos, um crescimento de 63,8% (sessenta e três vírgula oito por cento) de professores do magistério superior com título de doutor.

Segundo dados publicados pelo MEC, do quadro total de docentes da graduação no país, em 1994, 15% (quinze por cento) eram doutores. Em 1999 este índice subiu para 20% (vinte por cento) de professores com doutorado e cerca de 49,3% (quarenta e nove vírgula três por cento) dos professores que atuam nas instituições de Ensino Superior têm, pelo menos, o título de mestre.

Se considerarmos somente as instituições federais, este índice atingiu, em 1999, 31,4% (trinta e um vírgula quatro por cento) de professores com título de doutor e, 66,7% (sessenta e seis vírgula sete por cento) dos professores têm, pelo menos, mestrado. No setor privado, o número de professores titulados já é bastante expressivo: 38,9% (trinta e oito vírgula nove por cento) têm, pelo menos, título de mestre e 10,3% (dez vírgula três por cento) possuem o título de doutor.

Para Castro (2000), os dados apresentados pelo Censo da Educação Superior de 1999 demonstram que o crescimento do Ensino Superior não vem ocorrendo às custas da queda da qualidade. O sistema de acompanhamento e avaliação implantado pelo Ministério da Educação a partir de 1995 – através do Provão e das visitas de comissões independentes de especialistas a todas as universidades – vem demonstrando um significativo crescimento na qualidade do Ensino Superior no Brasil.

Na avaliação do Ministro da Educação, a expansão do Ensino Superior possui um significado social que precisa estar refletido na política educacional e não deve ser percebida como resultado de uma pressão meramente comercial ou de interesses de agentes privados (MEC, 2000).

3.2. O Ensino Superior em Santa Catarina

Em Santa Catarina, o Ensino Superior chegou em 1917 com a criação do Instituto Politécnico, em Florianópolis, com os cursos de Farmácia, de Odontologia, de Engenharia e de Comércio. Sucederam a este as Faculdades de Ciências Econômicas, Odontologia e Farmácia, Medicina, Serviço Social, dentre outras. Somente em dezembro de 1960 os catarinenses tiveram sua tão sonhada universidade, com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Na década de 60 surgiu no Estado de Santa Catarina, segundo Hawerth (1998), um modelo singular de Ensino Superior, baseado no sistema fundacional municipal, que tinha por objetivo a interiorização do Ensino Superior no estado, pois acreditava-se que este seria a mola propulsora do desenvolvimento regional. Imbuídos desta crença, empresários, lideranças políticas e comunitárias uniram forças na busca da imediata instalação do Ensino Superior em suas regiões.

Para Bordignon (1978), a falta de estudos que revelassem as verdadeiras necessidades de cada região onde as instituições de Ensino Superior foram instaladas no interior do estado de Santa Catarina, fizeram com que estas adotassem modelos de estabelecimentos que não correspondiam à realidade regional. Da mesma forma, enfatiza que a criação dos cursos deu-se mais por critérios relacionados a custos de implantação e manutenção do que pelas necessidades comunitárias ou pelas aspirações da clientela atendida.

Segundo Hawerth (1999), alguns fatores foram preponderantes e decisivos no processo de interiorização ou expansão do Ensino Superior em Santa Catarina. Cabe destacar, dentre eles:

- atendimento das necessidades sociais da região;
- interesse sócio-cultural de manutenção do indivíduo na região;
- renda média;
- demanda reprimida;
- densidade demográfica;
- tendências ou peculiaridades históricas, econômicas, sociais e culturais da região – vocacionamentos regionais;
- necessidade de ocupação dos mercados consumidores de educação superior na área de abrangência das instituições;

- sobrevivência econômico-financeira da instituição;
- investimento ou custo operacional do curso pretendido;
- necessidades do mercado de trabalho e
- o surgimento de novas tecnologias (p. 147-148).

Em seu estudo sobre “A Expansão do Ensino Superior nas Universidades do Sistema Fundacional Catarinense” Hawerth (1999) concluiu que, na quase totalidade dos projetos de implantação de novos cursos, “estes fatores ou foram destaques dos discursos de convencimento utilizados pelas instituições ou foram alvo de pesquisas acuradas que revelavam a viabilidade, ou não, dos projetos em análise” (p. 148).

Contudo, salienta Hawerth (1999) que, apesar da preponderância dos fatores acima mencionados, constatou-se que um projeto de novo curso ou processo de aumento de vagas de um curso já existente não teria sua implantação efetivamente aprovada se não existisse uma demanda reprimida que garantisse uma durabilidade mínima para o curso, um mercado de trabalho promissor que pudesse absorver seus concluintes e que os investimentos e custos operacionais envolvidos estivessem dentro da realidade financeira da instituição.

Como parte de um processo de integração e de ordenamento da expansão, surgiu, em 1974, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACADE, congregando 18 Fundações Municipais de Ensino Superior no Estado de Santa Catarina. Em 1999, o Sistema ACADE abrigava cerca de 79 mil alunos, representando 80% (oitenta por cento) dos estudantes universitários do Estado de Santa Catarina.

Cabe destacar a evolução do Sistema ACADE, que em 1999 apresentava a seguinte configuração: das doze instituições que a compõem, dez já haviam conquistado o “status” de universidade. As instituições que integram o Sistema ACADE atendem, diretamente, 63 cidades catarinenses, atingindo todas as microrregiões do Estado.

Acrescenta Hawerth (1999) que o caráter comunitário e as responsabilidades sociais que incentivaram a criação e a interiorização das Instituições de Ensino Superior e sua posterior transformação em Universidade, permitem concluir que, apesar das complexidades envolvidas, tanto em seu desenvolvimento, quanto no futuro que vislumbram seus dirigentes e comunidades, elas são imprescindíveis para o sonhado projeto de desenvolvimento regional.

3.3. O Ensino Superior no Oeste Catarinense

Foi da união de forças de empresários, lideranças políticas e comunitárias, acreditando que o Ensino Superior seria a mola propulsora do desenvolvimento da região, que, em 1968, mais precisamente no dia 28/11/68, foi criada a Fundação Universitária do Oeste Catarinense/FUOC, a primeira instituição de Ensino Superior do grande oeste catarinense. Em seguida, criou-se a Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste/FUNDESTE, em 06/12/71 – que mais tarde instalou extensões em São Miguel do Oeste (Fundação Educacional do Extremo Oeste/FUNESC, em 1974) e em Xanxerê (Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani/FEMAI, em 1986). Em 03/07/72 foi criada a Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe – FEMARP, a terceira instituição de Ensino Superior instalada na região. Na seqüência foram criadas a Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe/FEARPE, em Caçador e a Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense/FEAUC, em Concórdia. O Ensino Superior no Oeste Catarinense será tratado e aprofundado em capítulo específico deste estudo.

Como se pode observar através deste breve e resumido histórico, o Ensino Superior no Brasil apresentou significativo crescimento nos últimos anos, tanto em termos quantitativos, representados por seus cursos, vagas, novos estabelecimentos, universo de alunos atendidos, como em termos qualitativos, se observada a evolução dos índices do seu quadro docente.

Percebe-se também que as instituições particulares ainda mantêm o domínio (64%) sobre o universo dos alunos atendidos na educação superior do País. Porém, cabe destacar que, apesar de todo o esforço e crescimento, o Ensino Superior no Brasil ainda atende apenas 14% da população entre 18 e 24 anos – longe da meta de 30% - o que demonstra a grande demanda que o Ensino Superior brasileiro ainda apresenta e a longa e árdua caminhada ainda a percorrer.

IV – O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA

Neste capítulo, buscou-se resgatar e contextualizar, através de análise de documentos institucionais, registros e publicações, como ocorreu o processo de criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC.

4.1. Alguns precedentes

O projeto de uma universidade única para a região Oeste de Santa Catarina foi concebido a partir da necessidade de se superar o caráter de excepcionalidade do Ensino Superior em instituições isoladas. Foi concebido pela homogeneidade histórico-cultural do grande oeste catarinense, bem como pela necessidade de unir forças para melhor fazer frente aos desafios enfrentados pelo Ensino Superior nesta vasta região.

De acordo com o exposto no Relatório do Processo de Reconhecimento da UNOESC (1995) e o Planejamento Estratégico Institucional (1999), a busca de alternativas para superar a situação de marginalidade em que se encontravam as instituições de Ensino Superior criadas no final da década de 60 e início da década de 70 no grande oeste catarinense, que por força da própria legislação vigente, articulavam-se de forma atípica e/ou marginal com o sistema oficial de ensino universitário nacional, e a impossibilidade de se credenciarem isoladamente junto aos órgãos oficiais, levou à articulação de estratégias políticas, institucionais e acadêmicas que viabilizassem a unificação dessas Fundações isoladas.

Encontravam-se nessa situação cinco Fundações Educacionais que, há mais de vinte anos, atuavam no oeste catarinense, a saber: a FEARPE - Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe, com sede em Caçador; a FEMARP - Fundação Educação e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe, com sede em

Videira; a FUOC - Fundação Universitária do Oeste Catarinense, com sede em Joaçaba; a FEAUC - Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense, com sede em Concórdia; e a FUNDESTE - Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste, com sede em Chapecó, que a partir da década de 80 passou a oferecer cursos em São Miguel do Oeste, pela Fundação de Ensino do Extremo Oeste Catarinense/FUNESC, e em Xanxerê através da Fundação de Ensino dos Municípios do Alto Irani/FEMAI.

De acordo com registros históricos que mereceram destaque no Planejamento Estratégico da UNOESC (1999), ainda na década de 80, no meio oeste catarinense, mais precisamente no Vale do Rio do Peixe, a FEARPE, a FEMARP, a FUOC e a FEAUC iniciaram um processo de unificação, sob a forma de Federação, dando origem à FEMOC - Federação das Escolas do Meio Oeste Catarinense, mais tarde transformada em projeto de universidade multicampi. Disputas internas pela hegemonia na condução do processo e pela localização geográfica da sede desta projetada universidade levaram o projeto a sofrer algumas alterações, especialmente quanto à composição das instituições isoladas que dele participaram.

Nascidas num momento de retomada acelerada do desenvolvimento econômico no País, que deu início a um novo crescimento da demanda social por educação, as Fundações de Ensino Superior instaladas no interior de Santa Catarina precisavam de uma urgente recontextualização segundo as novas exigências do macro-cenário de globalização deste final de milênio.

Conforme registros históricos destacados no Relatório do Processo de Reconhecimento da UNOESC (1995), as Fundações que compuseram a Universidade do Oeste de Santa Catarina foram criadas por lei municipal, no período compreendido entre 1968 e 1974, quando se iniciou a interiorização do Ensino Superior em Santa Catarina. Elas tinham em comum também a forma jurídica de criação, suas finalidades e princípios. Divergentes eram apenas as estruturas administrativas.

Destaca-se também, no mesmo Relatório, que uma análise retrospectiva demonstrava que a FEMARP, a FUOC e a FUNDESTE, além de terem surgido no mesmo contexto histórico e da mesma conjuntura sócio-econômica e educacional, repetiam competitivamente os mesmos cursos, escolhidos pelo critério do seu baixo custo operacional e em regime noturno, sem que nenhuma filosofia educacional ou metodologia de ensino as unisse no enfrentamento dos mesmos problemas.

Bem lembrado no Planejamento Estratégico Institucional (1999), nesse contexto também chamado de 'situação marginal', eram precárias as condições de que dispunham as Fundações Educacionais para desenvolver atividades de pesquisa e de extensão, que, apesar de serem indissociáveis por natureza às do ensino de graduação, ficavam relegadas a um plano secundário e de eventualidade.

No mesmo documento destaca-se também que, nas instituições que deram origem à Universidade do Oeste de Santa Catarina, os recursos humanos necessários e minimamente preparados para o planejamento e execução de suas atividades eram inexistentes ou insuficientes, devido à pouca atração ou estímulo a permanecer numa pequena instituição isolada, incapaz de garantir-lhes as condições necessárias para atividades de produção científica.

A concepção de uma única universidade, nascendo da fusão de três Instituições Isoladas de Ensino Superior, não deixava de representar uma resposta ao imperativo da integração, característica marcante da atual conjuntura social, econômica e política em âmbito mundial. Ressaltava-se a necessidade de fazer prevalecer a identidade do todo regional sobre a diferença das partes municipais, interesses comuns sobre interesses particulares.

De acordo com dados estatísticos levantados à época da criação da UNOESC e que mereceram destaque no Projeto de Universidade (1991), o oeste catarinense abrigava, à época, algumas das maiores empresas da América Latina ligadas ao setor da agroindústria, as quais abasteciam parte significativa do mercado interno e exportavam seus produtos para outros países. Tais indústrias empregavam tecnologia de ponta e representavam o mais importante fator de desenvolvimento sócio-econômico da região.

Destaca-se ainda no mesmo documento que a região era também grande produtora de grãos, desenvolvendo, nesse setor, intensas pesquisas através de órgãos públicos e também de empresas privadas sediadas no oeste. A fruticultura representava outro setor produtivo da região com destaque nacional. Destacava-se também o setor metal-mecânico, cujas máquinas e equipamentos fabricados na região eram exportados para a Europa e para os Estados Unidos da América.

Isto tudo nos leva a crer que a presença de uma instituição universitária como agente propulsor do desenvolvimento regional em ação conjunta com os setores produtivos era uma grande necessidade e o grande desejo da comunidade oestina naquele momento histórico.

4.2. A constituição da UNOESC

Segundo consta no Relatório do Processo de Reconhecimento da UNOESC (1995), na época, atendendo a determinações legais, as instituições sediadas em Joaçaba e Videira já haviam protocolado, diante da exigüidade dos prazos estabelecidos pelo Ministério da Educação, sua Carta Consulta junto ao Conselho Federal de Educação, com o nome de UNIVARP – Universidade do Vale do Rio do Peixe, mesmo cientes de que as duas instituições proponentes, sozinhas, não atendiam aos requisitos básicos legais estabelecidos pela Lei nº 5.540/68 e pela Resolução nº 03/88, do Conselho Federal de Educação, para autorização de nova universidade e que deveriam buscar novas parcerias para a concretização daquele ousado projeto.

O mesmo documento expressa também que, diante da realidade que se apresentava, empresários, lideranças políticas, comunitárias e educacionais de toda a região compreenderam que a Fundação Universitária do Oeste Catarinense/FUOC, a Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste/FUNDESTE – que mais tarde

instalou extensões em São Miguel do Oeste (Fundação Educacional do Extremo Oeste/FUNESC) e em Xanxerê (Fundação Educacional dos Municípios do Alto Irani/FEMAI) - e a Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe/FEMARP, existentes em Joaçaba, Chapecó e Videira, respectivamente, isoladamente não teriam condições técnicas, financeiras e de recursos humanos para se desenvolver a ponto de atender às necessidades e demandas regionais. Decidiram então unir forças na busca de alternativas que pudessem proporcionar maior autonomia a essas Fundações, para melhor desempenho do seu papel. A melhor alternativa por eles encontrada foi a união dessas Fundações, dando origem à Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, na forma multicampi.

Destaca-se ainda, no mesmo Relatório, que, inicialmente, concepções e interesses bairristas pelo apego a questões microrregionais pareciam impedir a viabilização daquele ousado projeto de universidade. Entretanto, o amadurecimento desta idéia gerou despreendimento dos dirigentes e lideranças regionais da época, possibilitando a organização de uma Instituição única sem perder as características específicas e históricas de cada uma das Fundações que a compuseram.

No mesmo documento enfatiza-se também que foram inúmeras reuniões, incontáveis horas de trabalho, debates acirrados entre juristas, longas discussões dos Colegiados de cada uma das Instituições e entre os seus dirigentes, sempre buscando vislumbrar a melhor forma de atender às necessidades e demandas da região. A busca de um objetivo maior que traria grandes benefícios a uma região que à época representava 25% do território catarinense e 34% da população do estado, ajudou a superar o apego a interesses microrregionais em favor da sociedade oestina.

A decisão de criar a Universidade do Oeste de Santa Catarina foi formalizada através da assinatura de um Protocolo de Intenções, em abril de 1990, entre as três Fundações que deram origem à UNOESC. Este Protocolo tinha por objetivo incorporar a FUNDESTE ao Projeto de Universidade Regional, desde que as comunidades locais tivessem preservados seus patrimônios. Este documento também definiu a instalação da sede jurídica da entidade mantenedora em Joaçaba e a sede administrativa da Universidade, em Chapecó.

A partir desta nova configuração, uma nova versão de Carta Consulta foi elaborada e apresentada por um grupo de lideranças regionais à Relatora do Processo em tramitação junto ao Conselho Federal de Educação, que acatou a nova proposta - aprovada em 20 de fevereiro de 1991, através do Parecer 102/91 - incorporando-se, desta forma, também a Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE ao Projeto de Universidade Regional, conforme expresso no Relatório do Processo de Reconhecimento da UNOESC (1995).

O Projeto Institucional da UNOESC representa o desdobramento político - até certo ponto imposto pelo Sistema - do processo de plenificação formal do Ensino Superior que, há mais de 20 anos, era desenvolvido na região com grandes dificuldades, com relativos avanços e conquistas, mas na condição de excepcionalidade legal que era permitida às Instituições de Ensino Superior Isoladas que proliferavam em todo o Estado de Santa Catarina (UNOESC, 1999).

4.3. O Projeto de Universidade

De acordo com registros na Ata da primeira Assembléia Geral da UNOESTE-SC¹, a partir da assinatura do Protocolo de Intenções entre as três Instituições que deram origem à UNOESC, criou-se uma Comissão Pró-Universidade encarregada da elaboração do Projeto e organização da Instituição, que teve o seu primeiro Estatuto aprovado em 17 de novembro de 1990. Na mesma data também foi assinado, pelos dirigentes das três Instituições, Contrato de Comodato transferindo também o patrimônio e os cursos da FUNDESTE para a Fundação UNOESTE-SC. Nesta mesma reunião a Assembléia Geral delegou à Comissão Pró-Universidade autonomia para, se necessário, alterar a sigla da Instituição.

¹ UNOESTE-SC foi, inicialmente, a sigla da Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina, mantenedora da UNOESC.

Este foi mais um importante passo no processo de construção do projeto de criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, que nasceu tendo como “objetivos precípuos o ensino, a pesquisa e a extensão, enquanto mecanismos de desenvolvimento econômico, tecnológico, político, cultural e profissional do homem, participando diretamente do desenvolvimento do oeste catarinense, realizando estudos sobre problemas diversos e formando quadros de pessoal técnico-científico ao nível das suas necessidades” (UNOESC, 1991, p. 27).

O mesmo documento que deu origem à UNOESC, quando se refere à necessidade social da universidade, expressa como propósito “um projeto que contemple a integração da Universidade ao processo de desenvolvimento sócio-econômico existente na região viabilizando e dinamizando a produção científica e a criação de novas tecnologias”. Prossegue enfatizando:

A comunidade acredita que, com a criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, não se terá apenas uma Escola Isolada de Ensino Superior, mas uma Instituição voltada para o ensino, a pesquisa e a extensão e, mais do que isso, comprometida com o desenvolvimento científico e tecnológico em diferentes áreas do conhecimento. (UNOESC, 1991, p. 25).

As políticas de atuação traçadas e consideradas fundamentais para viabilizar a interação entre universidade e setores produtivos da região assim foram definidas no Projeto de criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (1991):

Na área do ensino, desenvolverá programas em parceria com as empresas da região, que se comprometem a aportar recursos físicos e financeiros para a Universidade; esta, por sua vez, oferecerá o embasamento científico e tecnológico e melhores profissionais às empresas.

Na pesquisa, as atividades estarão relacionadas aos setores agroindustrial, metal-mecânico e de fruticultura e serão desenvolvidas em parceria com as empresas ligadas a estes segmentos produtivos. A Universidade oferece seus pesquisadores e as empresas os seus laboratórios e técnicos, num intercâmbio que não esgotará a atuação da instituição e nem a eximirá das tarefas altamente relevantes que lhes são próprias, sem desvirtuar sua identidade e autonomia, imprescindíveis à produção e à transmissão do saber.

Na extensão, a Universidade oferecerá consultorias, assessorias, treinamentos, cursos de aperfeiçoamento e reciclagem de pessoal técnico e administrativo em convênio com as empresas. Os empresários, por sua vez, facilitarão o acesso dos estagiários às empresas, bem como colocarão à disposição equipamentos e laboratórios para a realização de pesquisas conjuntas.

Previu-se também, com este mesmo objetivo, a celebração de convênios com empresas da região dispostas a realizar projetos ligados à pesquisa, ao ensino e à extensão, bem como a ceder laboratórios para atividades de pesquisa e ensino.

Da mesma forma o Projeto de Universidade (1991), prevê o estabelecimento de política permanente de capacitação de docentes e de pesquisadores, incluindo convênios com Instituições do País e do exterior visando intercâmbio desses profissionais.

Buscando uma universidade inovadora, inserida no seu contexto histórico e geográfico e conhecedora profunda da realidade e dos problemas que a envolvem, a UNOESC definiu-se a partir do seu próprio vocacionamento, dirigido para os setores produtivos da agroindústria, da metal-mecânica e da fruticultura, sem contudo, deixar de lado as suas tradicionais atividades nas áreas de humanidades e licenciaturas.

No Projeto de Universidade (1991), destaca-se que a UNOESC, constituindo-se como agência de produção e de difusão do saber, tinha como grande meta ser uma instituição interativa com as forças vivas da comunidade, sobretudo com os setores produtivos, no sentido de desenvolver aqueles conhecimentos e tecnologias necessários ao esforço coletivo de solucionar os problemas sócio-econômicos da região.

Assim, visando redimensionar e dar maior qualidade às atividades relativas ao Ensino Superior na região, a UNOESC, em seu projeto de criação, traçou linhas básicas de ação e estabeleceu prioridades que, além de contemplar as áreas do saber já tradicionalmente atendidas pelas Fundações que a compuseram, estavam voltadas também ao atendimento das demandas e necessidade das áreas afetas ao vocacionamento da região, tanto para o ensino, como para a pesquisa e a extensão.

4.4. O modelo organizacional

Quanto ao modelo organizacional, a Universidade do Oeste de Santa Catarina nasceu constituída em modelo multicampi, como exigência do seu meio e adequando-se às aspirações da sociedade oestina. Conforme expresso no Projeto de Universidade (1991), as três Fundações que constituíram a UNOESC não teriam condições de responder às exigências e demandas do ensino, da pesquisa e da extensão de forma isolada e fragmentada. Por isso, a Universidade necessitava nascer regional. E por ser regional, o modelo organizacional mais apropriado era o multicampi, cuja estrutura pode ser observada no organograma 01, em anexo.

Na escolha do modelo organizacional levou-se em consideração, sobretudo, sua principal característica de Instituição Comunitária, adotando-se um modelo de caráter comunitário, ou seja, um modelo organizacional baseado nas decisões dos Colegiados, garantindo a participação da comunidade nas decisões. Um modelo organizacional “dinâmico, flexível, onde a racionalidade, a eficiência e a produtividade devem representar as forças impulsionadoras de todo o processo decisório, que emerge da comunidade universitária” (UNOESC, 1991, p. 38).

Destaca-se no mesmo documento que o modelo de estrutura organizacional escolhido para a UNOESC permite a unidade de direção e a integração pelo encadeamento das metas, de programas e de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, distribuídos por Departamentos e reunidos por Centros, implementados de forma interdepartamental e intersetorial, agrupando profissionais de diversas áreas do conhecimento.

Destaca-se também no referido Projeto que, no modelo escolhido, a unidade de direção é garantida pelo processo de planejamento e administração estratégicos, onde as políticas são definidas através dos Colegiados, as metas, programas e projetos delas decorrentes são definidos e avaliados ao nível da unidade universitária e sua implementação se dá a nível de grupo de trabalho interdepartamental.

Enfatiza-se também que a unidade universitária, proposta como princípio norteador da estrutura escolhida, é garantida na Universidade multicampi pelo planejamento integrado, pela unidade de comando e pela gestão participativa dos dirigentes e dos colegiados, nos diferentes níveis da administração.

Salienta-se, por fim, que a pluralidade ditada pelo vocacionamento dos campi não será comprometida, pois a criação dos Centros tem por base o agrupamento por áreas de conhecimento, distribuídos pelos campi. Desta forma, a definição das metas e o planejamento dos programas e projetos dar-se-ão a partir de um diagnóstico junto aos vários segmentos comunitários (UNOESC, 1991).

Assim sendo, a Universidade constituiu-se como parte integrante do projeto de desenvolvimento sócio-econômico e cultural da região, na medida em que se propôs atuar na pesquisa e na capacitação tecnológica, numa interação dinâmica e flexível entre as fontes produtoras de conhecimento técnico e científico e as demandas sociais e econômicas do oeste catarinense.

Parece não restar dúvidas de que a Universidade do Oeste de Santa Catarina nasceu para atender às demandas de uma região dinâmica com um potencial econômico-social forte e em franco desenvolvimento; nasceu para responder às necessidades de integrar-se em parceria com os setores produtivos, objetivando a qualificação de recursos humanos para suprir as necessidades do mercado, bem como formar indivíduos capazes de criar novos empreendimentos e negócios nos mais diversos setores da economia. Nasceu também com o propósito de realizar pesquisas que visem à criação de novas tecnologias para o desenvolvimento sócio-econômico da região, ou seja, nasceu para ser agente propulsor e integrador do processo de desenvolvimento e de formação profissional e humana do Oeste de Santa Catarina.

Nasceu em 06 de novembro de 1991, quando o Conselho Federal de Educação entendeu, atendeu e aplaudiu, por unanimidade, este ousado Projeto, criando, através do Parecer nº 587/91, a Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC.

A comunidade acreditou e buscou. O sonho se concretizou, a expectativa estava criada. Era o momento de unir forças, todas direcionadas para a concretização/implantação daquele ousado Projeto.

V – CREDENCIAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA UNOESC

Neste capítulo buscou-se resgatar, igualmente através de pesquisa documental, a trajetória histórica da Universidade do Oeste de Santa Catarina a partir da sua constituição, a caminhada para o credenciamento e sua atuação na busca da consolidação e legitimidade social.

5.1. Da constituição ao credenciamento

Com a aprovação do Projeto de Universidade, a Instituição passou a ser orientada por uma “Comissão de Acompanhamento”, inicialmente constituída pelo Conselho Federal de Educação, que, mais tarde, reconheceu as prerrogativas do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. Este designou nova “Comissão de Acompanhamento” com o objetivo de avaliar o desempenho, coordenar e acompanhar a UNOESC na sua caminhada em busca do atingimento das metas impostas para conquistar sua autonomia plena, ou seja, alcançar o seu reconhecimento como Universidade.

O Professor Santo Rossetto, atual Reitor da UNOESC (gestão 2000 – 2004), em seu pronunciamento de abertura da primeira reunião de dirigentes de sua gestão, ao historiar a trajetória da Universidade do Oeste de Santa Catarina, lembrou que os primeiros quatro anos a partir da sua autorização constituíram-se em período probatório, quando

todos os esforços concentram-se no atendimento às exigências do Sistema Nacional de Ensino durante o qual a UNOESC devia provar e comprovar o cumprimento de todas as condições necessárias para ser, na realidade, aquilo que pretendia ser na intencionalidade de seus principais idealizadores: uma Universidade e não uma simples Instituição de Ensino Superior como, há mais de 20 anos, vinham sendo as IES que a precederam (ROSSETTO, 2000, p. 03 - 04).

Conforme registrado no Relatório do Processo de Reconhecimento da UNOESC (1995), os primeiros quatro anos – que coincidiram com o primeiro reitorado, sob o comando do Professor Aristides Cimadon, que, eleito pela Assembléia Geral, exerceu o cargo no período de dezembro/91 a abril/1996 - foram anos de intensas buscas para a organização institucional, de acordo com as exigências do Sistema Nacional e Estadual de Ensino. Buscas no sentido de elaborar e/ou adequar seus ordenamentos jurídicos, implantar sua primeira estrutura administrativa e acadêmica, estabelecer e normatizar procedimentos. Intensas buscas no sentido de construir seu primeiro Projeto Pedagógico, seu Plano de Expansão, de buscar a qualificação de seus recursos humanos. Grandes esforços no sentido de avançar na atuação relacionada à pesquisa, à pós-graduação e à extensão; de buscar parcerias; de buscar a estruturação adequada no que se refere ao espaço físico, recursos materiais, tecnológicos e acervo bibliográfico; de buscar equilíbrio financeiro; de estruturar e implementar novos cursos nas áreas definidas como “de excelência”; enfim, de implantar o seu ousado Projeto de Universidade e conquistar condições que comprovassem sua maturidade para a autonomia.

Destaca Rossetto (2000) que a Universidade do Oeste de Santa Catarina, multicampi desde o berço, nascia dinamizada pela dialética estabelecida entre duas categorias aparentemente excludentes e irreconciliáveis: de um lado a induzida necessidade da unificação de três instituições com mais de duas décadas de independência e de recíproco isolamento; de outro, a necessidade de respeitar e de manter a autonomia patrimonial acumulada por cada uma das partes constituintes da universidade única e indivisível.

Enfatiza Rossetto (2000) que “a necessidade de conciliar alguns antagonismos e conflitos nascidos no bojo dessa dialética resultou em arranjos jurídico-estatutários e regimentais que até hoje se encontram no substrato da problemática da nossa estrutura organizacional e operacional” (p. 04).

Regulamentação básica aprovada, estrutura implementada, exigências superiores atendidas, era o momento de comemorar mais uma conquista. Conquista que

chegou em 20 de dezembro de 1995 quando, através do Parecer 263/95, o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina conferiu-lhe a tão sonhada e perseguida autonomia através do reconhecimento da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Autonomia esta confirmada posteriormente pelo Decreto Presidencial de 14 de agosto de 1996, quando conquistou o seu credenciamento.

5.2. A consolidação da UNOESC

Regulamentação básica aprovada, autonomia conquistada, era preciso correr: correr para ocupar espaços, correr para atender demandas, correr para sanar deficiências, correr para adaptações e ajustes, correr. Com o reconhecimento da UNOESC aprovou-se também o seu novo Estatuto, que contemplou alterações em sua estrutura, especialmente nos cargos diretivos, conforme pode ser observado no organograma 02, em anexo.

Naquele momento já estava instalado o segundo reitorado da UNOESC. O então Reitor, Professor Luiz Carlos Lückmann, foi eleito pela Comunidade Universitária - professores, alunos e funcionários - e confirmado pelo Colégio Eleitoral, composto pelo Conselho Universitário e Assembléia Geral, para o período compreendido entre maio/1996 e maio/2000.

A meta maior, o grande desafio do momento era a consolidação da jovem Universidade. Buscava-se um novo horizonte. Um horizonte que ultrapassasse as metas de expansão e de auto-construção; um horizonte que consolidasse aquele SER que acabara de receber vida própria; um horizonte que o legitimasse perante a sociedade.

Bem lembrado no Planejamento Estratégico da UNOESC (1999), de que, cientes da importância de instrumentos e medidas que garantissem a sustentação e o desenvolvimento do projeto UNOESC, na sua unidade, seus dirigentes, à época,

entenderam necessário aprofundar análises, estudos e debates buscando uma compreensão mais ampla da natureza da Universidade, do seu papel no processo de desenvolvimento e constituir referenciais para a interpretação da UNOESC e definição de suas macro-direções. Estes debates tiveram início no segundo semestre de 1996, estendendo-se até o ano seguinte.

Esse período de reflexão e tomada de consciência deu origem à construção e implementação de alguns projetos que, segundo Rossetto (2000), são “de extrema significação histórica para a UNOESC”. Dentre eles destaca-se o Projeto Político-Pedagógico Institucional; o Diagnóstico Institucional, com a ampla participação da comunidade universitária e da comunidade externa; uma ampla reforma do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade e, finalmente, a construção do Planejamento Estratégico Institucional para o período 1999–2010 (p. 06).

5.2.1. O Projeto Político-Pedagógico Institucional

O então Reitor, Professor Luiz Carlos Lückmann, ao instalar o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico Institucional, destacou alguns dos maiores desafios impostos para o momento, que, pela sua importância, deveriam ser a base das reflexões e discussões no decorrer de todo o processo. Eram tidos como principais desafios naquele momento, segundo Lückmann (1996):

- O desafio de a universidade construir um saber sobre si mesma que lhe possibilitará conhecer a sua própria história, bem como o seu modo de inserção na sociedade regional e propor o seu projeto futuro;
- O desafio de ir além das genéricas e repetitivas “missões” institucionais que não despertam apelo e nem mobilizam, por não possuírem originalidade e criatividade;
- O desafio de pensar um modelo/concepção de universidade que dê conta de um ensino de qualidade, mas que, ao mesmo tempo, responda com competência a um discurso que vem de fora da universidade e que a chama a se engajar à sociedade

regional, através da extensão universitária e do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural;

- O desafio de acompanhar e estar à frente das mudanças que ocorrem na estrutura do conhecimento e nos processos de ensino-aprendizagem, que caminham para a interdisciplinaridade e interdependência nas áreas do conhecimento, para o desaparecimento das barreiras entre educação formal e informal e para novas formas de apropriação do conhecimento;
- O desafio de garantir, neste seu novo papel, o resgate dos valores regionais, uma cultura da justiça social, maior esforço para humanizar a tecnologia, o fortalecimento da pluralidade cultural e o compromisso com uma cultura da ética;
- O desafio de buscar, concretamente, a inovação curricular em todas as áreas do conhecimento, atentando às mudanças que estão ocorrendo no perfil ocupacional das profissões e diminuindo o excesso de horas-aula que, no dizer de Marilena Chaui “infantilizam os alunos”, garantindo maior tempo para a iniciação científica;
- O desafio de priorizar políticas que incentivem a formação de docentes de alto nível, o fortalecimento da pesquisa, o incremento da cooperação interinstitucional e da integração regional, a implantação de áreas do conhecimento prioritárias para o desenvolvimento regional/local;
- E, por último, o desafio de experienciar novas formas de gestão, com descentralização administrativa e financeira, de modo a garantir autonomia aos departamentos; menor grau de burocracia, agilizando as decisões e realizações; a avaliação permanente; a responsabilidade pelos resultados; a diversificação das fontes de financiamento; enfim, o exercício pleno da autonomia universitária.

Estes desafios apresentados por Lückmann foram o “pano de fundo” das reflexões, discussões e ações durante toda a sua gestão, que iniciou com a realização de um amplo Diagnóstico Institucional e culminou com a construção do Planejamento Estratégico da UNOESC para o universo 1999 - 2010.

5.2.2. O Diagnóstico Institucional

Considerando que o processo de autorização e de credenciamento da Universidade do Oeste de Santa Catarina, por força das circunstâncias, deu-se de forma acelerada e centralizada, entenderam os dirigentes da época que ouvir as forças vivas da comunidade, interna e externa, era medida necessária e urgente.

Para Lückmann & Rossetto (1997), os poucos anos de vida da UNOESC foram suficientes para evidenciar alguns problemas estruturais, técnico-administrativos e de operacionalização didático-científica. Para o levantamento adequado e análise desses problemas e para garantir a participação coletiva na busca das soluções, o diagnóstico era medida absolutamente necessária.

Prosseguem enfatizando que o diagnóstico da realidade interna e externa da Universidade do Oeste de Santa Catarina é parte integrante do processo de construção do seu Plano Político-Pedagógico e de construção da própria universidade. Destacam que não há como conceber e muito menos como elaborar as diretrizes político-pedagógicas de uma instituição de ensino, sem uma ampla análise dos elementos que compõem sua natureza jurídica e organizacional, seu plano político e operacional e as ações que desenvolve para a consecução dos seus fins institucionais.

O Diagnóstico Institucional da Universidade do Oeste de Santa Catarina, de acordo com o que consta em seu Relatório-Síntese (1997), objetivou:

- a) Questionar o ambiente externo à universidade, na perspectiva de identificação dos principais indicadores, em relação à caminhada atual da UNOESC e ao seu futuro;
- b) Analisar os sistemas acadêmico, administrativo e físico da UNOESC, bem como os processos referentes a estes sistemas, com identificação dos principais indicadores e elaboração de propostas coletivas de encaminhamento e solução (p. 05).

Diante da amplitude e complexidade do objeto a ser diagnosticado, conforme expresso no Relatório-Síntese (1997), optou-se pela divisão do trabalho em sete áreas temáticas, quais sejam: a) diagnóstico externo; b) diagnóstico da estrutura física e dos recursos materiais; c) diagnóstico da estrutura organizacional; d) diagnóstico do desempenho docente e do nível de satisfação interna; e) diagnóstico do perfil sócio-econômico e cultural dos alunos; f) diagnóstico dos currículos e das

disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação e g) diagnóstico da produção científica. A publicação dos resultados também deu-se por área temática.

É importante registrar que todo o processo foi construído em conjunto – comunidade universitária com a participação da comunidade externa de todos os campi – com o objetivo maior de vislumbrar e buscar novos caminhos visando o fortalecimento da emergente Universidade do Oeste de Santa Catarina.

O Diagnóstico Institucional realizado mostrou um caminho e dele resultaram dois outros momentos ricos para a UNOESC: uma ampla reforma dos ordenamentos jurídicos e a construção do seu Planejamento Estratégico Institucional. Com os resultados desse processo ficou evidenciado e é preciso ter presente que a avaliação deve ser um processo institucional permanente, especialmente em tempos de *tempo real*.

5.2.3. A reforma dos ordenamentos jurídicos

Com base nos resultados do Diagnóstico Institucional deu-se uma ampla reforma dos ordenamentos jurídicos – Estatuto da Universidade, aprovado em setembro/1999, e Regimento Geral, aprovado em julho de 2000. Tal reforma ocasionou profundas mudanças na estrutura da Universidade com a subtração de instâncias intermediárias pela fusão de Conselhos tanto em nível de Universidade como em nível de Campus, extinção das Pró-Reitorias Gerais, dos Departamentos e com a criação de Centros por área de conhecimento, conforme pode ser observado no organograma 3, em anexo. Estas mudanças representaram maior descentralização administrativa, agilização no fluxo dos processos pela redução de instâncias, redução de custos, enfim, representaram uma melhor adequação entre a estrutura organizacional e a estrutura operacional da Universidade.

5.2.4. O Planejamento Estratégico Institucional

Paralelamente à revisão dos ordenamentos jurídicos e com base no Diagnóstico Institucional realizado, foi iniciado, em 1998, pelos dirigentes da Universidade, com a participação da Comissão de Avaliação Institucional e de consultoria externa, a elaboração de um Plano Estratégico Institucional.

Na construção do Planejamento Estratégico da UNOESC (1999), além de se considerar a história, a realidade atual, a cultura da instituição,

foram trabalhadas e resignificadas as categorias da utopia, da participação, do planejamento estratégico como processo, da gestão democrática, da relação entre público e privado, da tensão entre a dimensão técnica e a dimensão política, do alcance pedagógico do planejamento estratégico e de sua construção técnico-científica. Desenvolvido nesta perspectiva, o Planejamento Estratégico da UNOESC inovou no método e, conseqüentemente, nos resultados (p. 10).

O mesmo documento destaca que, do ponto de vista pedagógico, o processo de construção do Planejamento Estratégico contribuiu para estimular o pensamento e a visão estratégica, a prática de construção de consensos, na perspectiva da gestão democrática, bem como o aprendizado da lógica da organização da ação na UNOESC relativamente às atividades-fim e meio.

São elementos do Planejamento Estratégico Institucional: os fundamentos; as características da UNOESC; sua missão; os princípios gerais; os objetivos permanentes; a visão de futuro; os grandes rumos; os objetivos estratégicos institucionais; as diretrizes e objetivos estratégicos temáticos; a previsão de crescimento da instituição no universo temporal 1999 – 2010.

A missão da UNOESC, definida por seus dirigentes no processo de construção do Planejamento Estratégico da UNOESC (1999), é de

gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural e tecnológico, mediante o ensino, a pesquisa e a extensão, nas diferentes áreas do saber, com o objetivo de promover a cidadania, o desenvolvimento humano e cultural sustentável, em âmbito regional, estadual, nacional e internacional (p. 24).

Os princípios gerais que fundamentam a concepção filosófica da UNOESC, sua relação com a sociedade, sua estrutura, funcionamento, bem como as políticas, a forma de gestão, suas ações e inter-relações, são:

Autonomia universitária; gestão democrática e participativa; equidade nos critérios de acesso ao Ensino Superior e de permanência nele; descentralização acadêmica e administrativo-financeira; indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e, pluralidade de idéias (UNOESC, 1999, p. 25).

Entende-se oportuno registrar também os objetivos institucionais da Universidade do Oeste de Santa Catarina, expressos no artigo 5º do seu Estatuto (1999):

I – participar da análise dos componentes históricos que caracterizam o processo de desenvolvimento social e econômico do Oeste de Santa Catarina, sem perder de vista sua inserção no contexto universal;

II – propor soluções às contradições que decorrem da natureza e do caráter desse mesmo processo, propugnando por alternativas de sustentabilidade, sem prejuízo ao meio-ambiente, o que imprime caráter de universalidade ao ensino, à pesquisa e à extensão, suas atividades-fim;

III – constituir-se em centro de referência para as questões regionais, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;

IV – potencializar os diferentes segmentos sociais através do acesso ao conhecimento e da educação permanente, construindo alternativas de ação;

V – praticar a gestão participativa, a representatividade e a proporcionalidade dos diversos segmentos que compõem a Universidade;

VI – garantir condições para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão;

VII – exercitar a autonomia universitária nos diversos níveis e instâncias de sua ação;

VIII – estabelecer o intercâmbio com instituições universitárias, de pesquisa e outras agências públicas ou privadas, nacionais e internacionais, visando potencializar o desenvolvimento da Universidade;

IX – comprometer-se com o desenvolvimento ético e sustentável da cultura, da ciência e da tecnologia.

A visão de futuro da Universidade do Oeste de Santa Catarina trazida em seu Planejamento Estratégico (1999), que representa as utopias, os sonhos e aspirações para os próximos dez anos, contempla:

- a) Excelência acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) em áreas definidas como estratégicas;
- b) Efetiva integração com a comunidade regional mediante articulação com os agentes das realidades locais e regionais, na construção de alternativas de desenvolvimento;
- c) Equilíbrio administrativo e financeiro, para conquista de sua autonomia;
- d) Distinção pela qualidade de seu ambiente interno;
- e) Maior agilidade e flexibilidade operacional;
- f) Integração e inserção com os países do Mercosul;
- g) Engajamento no processo de transformação ambiental; h) Suficiência em recursos humanos e materiais em todas as áreas de atuação;
- i) Redefinição do currículo em função das novas necessidades;
- j) Fortalecimento da estrutura multicampi;
- l) Adequação às exigências de um mundo globalizado e internacionalizado (p. 92).

Está expresso no mesmo documento que a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional, além de dar um norte às ações da Instituição, propiciou a compreensão, cientificamente fundamentada, de seus limites e potencialidades, das ameaças que se apresentam e das oportunidades que se abrem, num contexto cada vez mais globalizado.

A nova identidade construída para a UNOESC a partir do Diagnóstico Institucional, da revisão dos ordenamentos jurídicos e da elaboração do Planejamento Estratégico Institucional aponta para uma caminhada promissora, pois contempla e prioriza também o atingimento de muitas metas ainda não alcançadas satisfatoriamente no primeiro momento.

Apesar de algumas lacunas, em decorrência de interesses adversos que, em determinados momentos, interferiram no processo, o Planejamento Estratégico da UNOESC constituiu-se em mais um importante instrumento de apoio na busca de um novo horizonte para a Universidade do Oeste de Santa Catarina, na consolidação de sua legitimidade.

VI – A EXPANSÃO DA UNOESC

Neste capítulo, através de pesquisa em documentos e publicações, buscou-se resgatar a expansão da Universidade do Oeste de Santa Catarina, a partir de sua criação até os dias atuais. A análise é feita através de comparativos da evolução tomando-se por base o ano de sua criação (1992), do seu credenciamento (1996) e a situação atual (2000).

Em paralelo aos inúmeros desafios enfrentados no seu processo de auto-construção e de conquista da legitimidade perante a sociedade, ambos decisivos para sua existência e para sua razão de ser, a Universidade do Oeste de Santa Catarina, a partir do seu credenciamento, apresentou significativo crescimento, não apenas quantitativo, mas também qualitativo, conforme se pode observar.

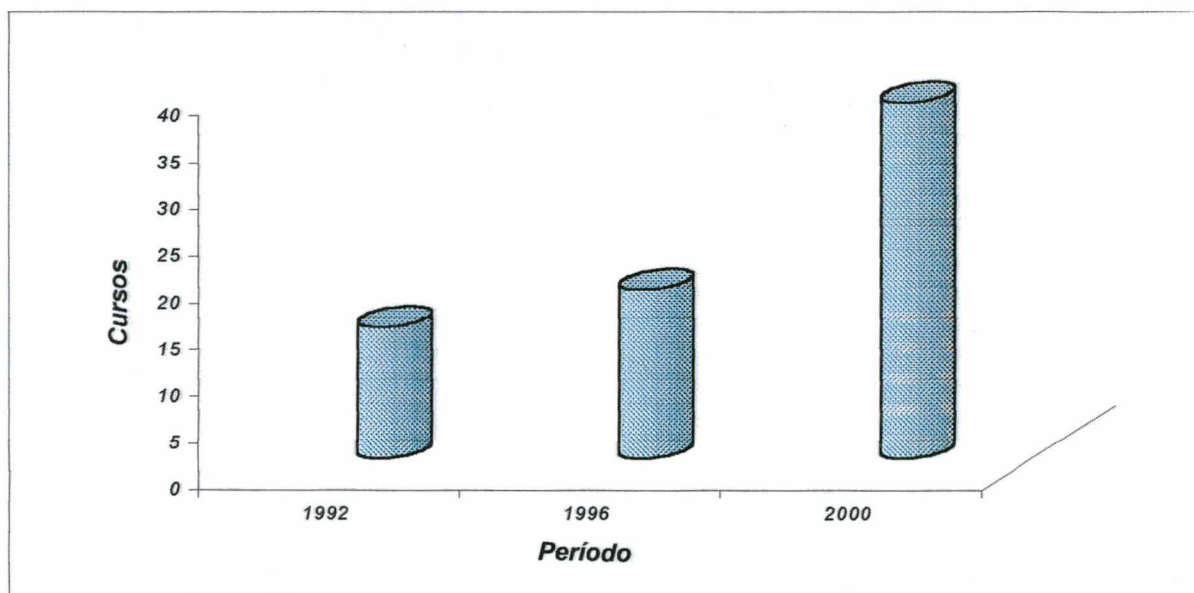
Lückmann (2000), ao prestar contas à comunidade, em seu pronunciamento por ocasião da solenidade de transmissão de cargo ao seu sucessor na Reitoria, destacou: “ao assumirmos a Reitoria tínhamos ainda pela frente o grande desafio de promover aquela que tem sido talvez uma das maiores expansões do Ensino Superior no Estado de Santa Catarina nos últimos anos” (p. 02).

A seguir serão apresentados alguns números registrados e publicados pela Reitoria da Universidade, através do informativo “UNOESC em Números”, que demonstram essa expansão afirmada por Lückmann. Cabe esclarecer que os comparativos aqui apresentados terão por base o ano de criação da UNOESC (1992), o ano de seu credenciamento (1996) e a realidade atual (2000), quando a Universidade acaba de traçar, através do Planejamento Estratégico, novos rumos para a sua caminhada.

6.1. Evolução dos cursos de graduação da Universidade do Oeste de Santa Catarina

Em 1992, quando criada, a UNOESC oferecia 14 (quatorze) cursos de graduação. Até 1996, ano do seu credenciamento, este número subiu para 18 (dezoito) cursos e, atualmente, são 38 (trinta e oito) carreiras universitárias que a Universidade do Oeste de Santa Catarina coloca à disposição da comunidade regional, conforme pode ser verificado no gráfico a seguir.

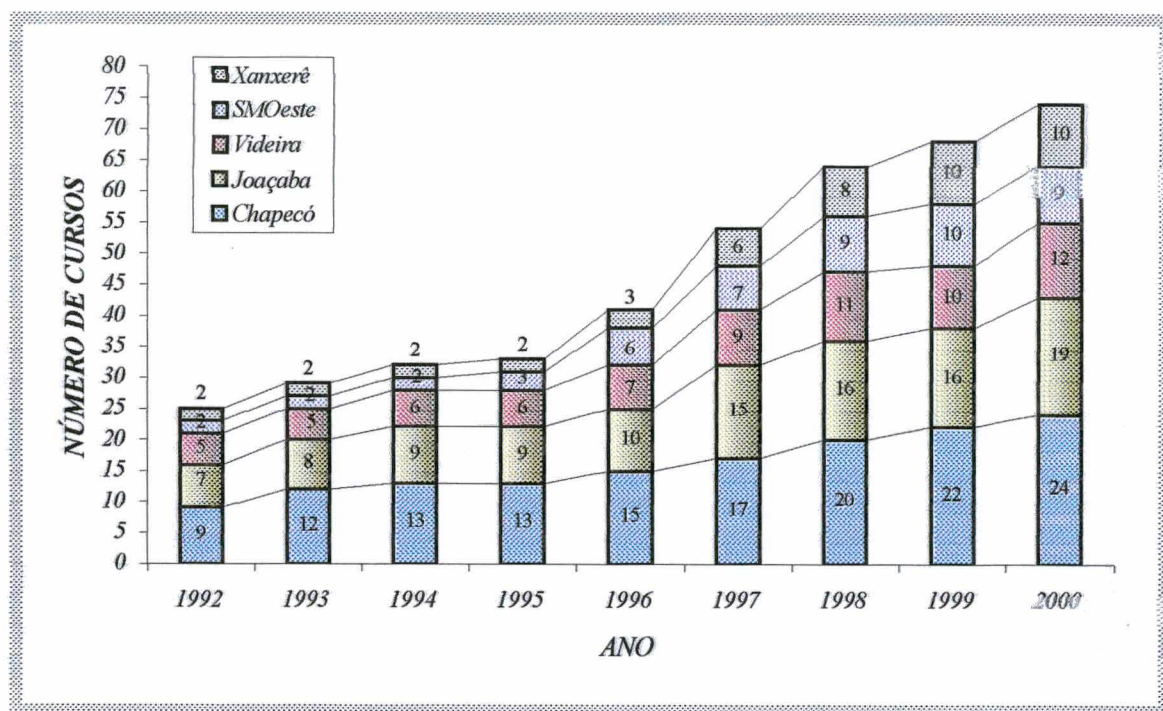
Gráfico 01. Representação gráfica da evolução dos Cursos de Graduação oferecidos pela UNOESC no período 1992-2000.



Fonte: UNOESC em Números – Agosto/2000

No gráfico a seguir pode-se observar esta evolução dos cursos de graduação oferecidos pela UNOESC, em cada um dos seus cinco campi, onde a grande maioria dos cursos se repetem em dois ou mais campi.

Gráfico 02. Representação gráfica dos cursos de graduação oferecidos em cada campus da UNOESC no período 1992-2000.



Fonte: UNOESC em Números – Agosto/2000

A tabela a seguir apresenta a relação nominal dos cursos oferecidos pela UNOESC em 1992 e os cursos que a Universidade oferece atualmente (2000). Isto demonstra o grande número de carreiras universitárias que a Universidade do Oeste de Santa Catarina criou e implementou desde a sua criação, ampliando significativamente o número de áreas atendidas e propiciando o atendimento à demanda do ensino de graduação na região.

Tabela 1 – Comparativo dos cursos oferecidos pela UNOESC em 1992 e em 2000

1992	2000
1. Administração (Ênfase Empresas e Rural)	1. Agronomia 2. Administração - Comércio Exterior 3. Administração – Empresarial e Rural
2. Ciências Contábeis 3. Ciências Econômicas	4. Arquitetura e Urbanismo 5. Ciência da Computação 6. Ciências Agrícolas – Licenciatura. 7. Ciências Biológicas
4. Direito 5. Educação Artística 6. Artes Práticas	8. Ciências Contábeis 9. Ciências Econômicas 10. Comunicação Social - Jornalismo 11. Comunicação Social-Public. e Propaganda 12. Design
7. Geografia	13. Direito 14. Educação Artística 15. Educação Física 16. Enfermagem 17. Engenharia Civil 18. Engenharia de Produção Mecânica 19. Engenharia Elétrica 20. Engenharia Química 21. Farmácia 22. Filosofia 23. Fisioterapia
8. História 9. Letras 10. Matemática	24. Geografia 25. Gestão e Comunicação Empresarial 26. História 27. Letras 28. Matemática 29. Odontologia
11. Pedagogia	30. Pedagogia 31. Psicologia
12. Serviço Social	32. Serviço Social 33. Tecnologia em Processos Industriais 34. Tecnologia em Secretariado Executivo 35. Tecnologia de Alimentos 36. Tecnologia do Empreendimento 37. Tecnologia em Informática
	38. Turismo e Administração Hoteleira

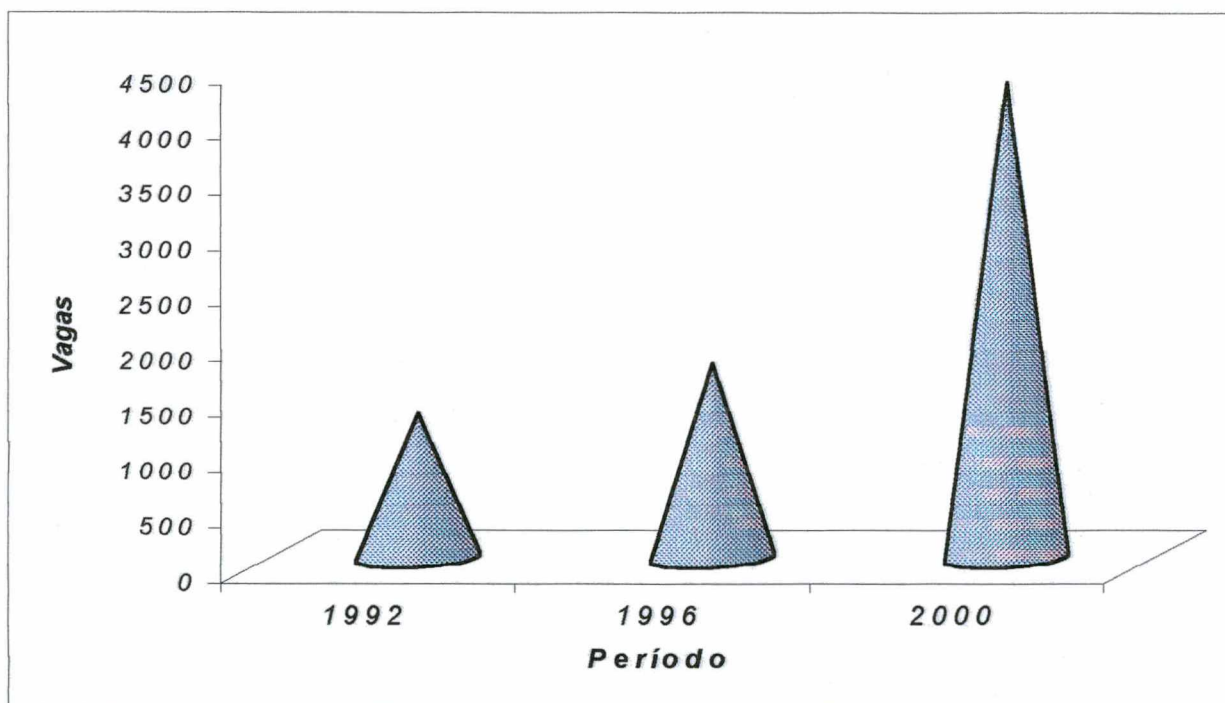
Fontes: Projeto de Universidade - 1991 e

UNOESC em Números – agosto/2000

6.2. Evolução das vagas iniciais do ensino de graduação da UNOESC

Cabe destacar também que em 1992 a UNOESC oferecia 1300 novas vagas anuais; até 1996 esse número subiu para 1.750 novas vagas oferecidas em cada ano. Hoje, a Universidade do Oeste de Santa Catarina coloca à disposição da comunidade regional cerca de 4.300 novas vagas anuais através dos trinta e oito cursos de graduação que oferece.

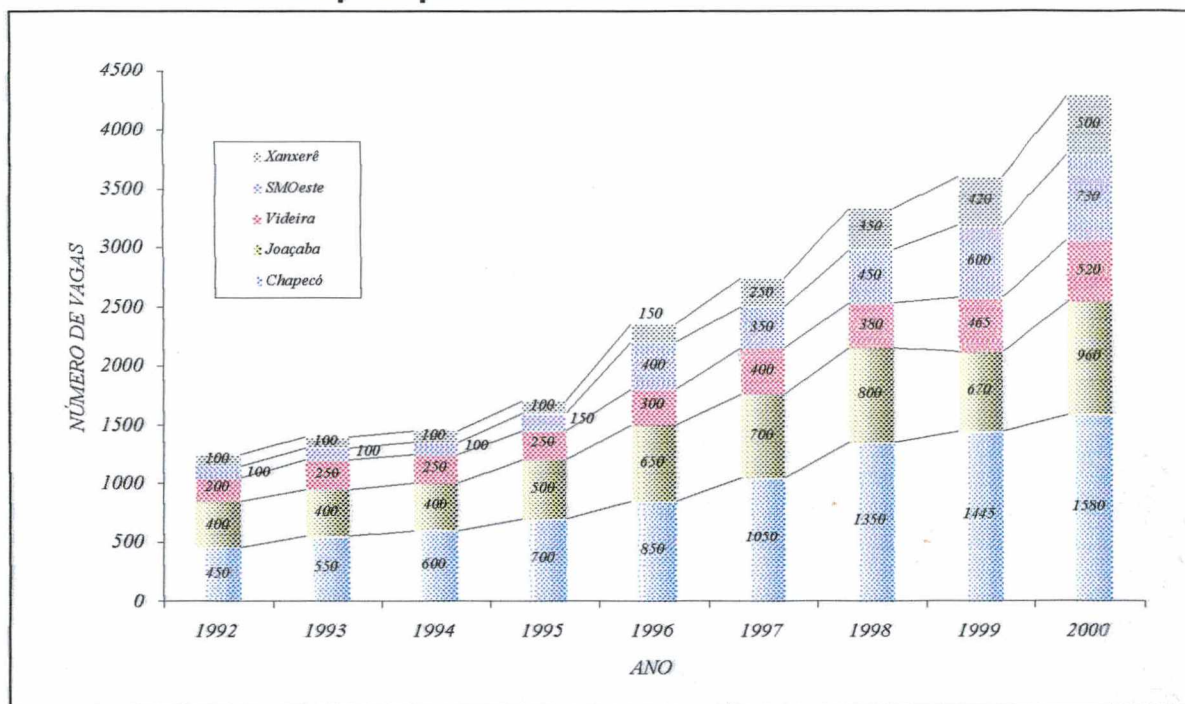
Gráfico 03. Representação gráfica das Vagas iniciais oferecidas pela UNOESC no período 1992-2000.



Fonte: UNOESC em Números – Agosto/2000

Igualmente, no gráfico a seguir pode-se observar a distribuição dessas novas vagas oferecidas, bem como a evolução das mesmas em cada um dos cinco campi da UNOESC, desde a sua criação até os dias atuais.

Gráfico 04. Representação gráfica da evolução das vagas iniciais oferecidas em cada campus - período 1992-2000.



Fonte: UNOESC em Números – Agosto/2000

6.3. Evolução da pós-graduação

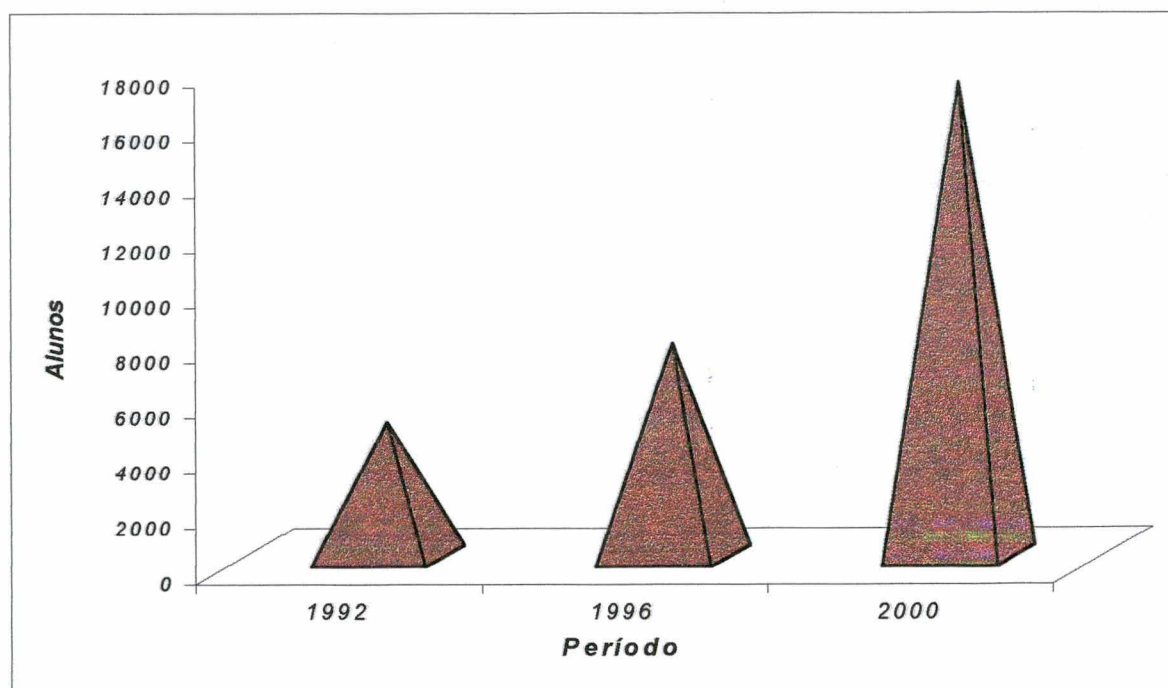
Em paralelo ao ensino de graduação, a UNOESC também tem colocado à disposição da comunidade regional cursos de pós-graduação – 276 cursos desde a sua criação até os dias atuais – e, nos últimos anos, vem oferecendo, em convênio com outras instituições universitárias, cursos de mestrado e de doutorado.

O engajamento ao Plano Sul de Pós-Graduação que, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina, possibilitou a oferta de 14 cursos de mestrado, na modalidade interinstitucional, vem propiciando aos professores e técnicos da UNOESC oportunidade de qualificação na própria instituição ao longo desses quatro anos.

6.4. Evolução do alunado da UNOESC

Quanto ao seu alunado, em 1992, quando foi criada, a UNOESC abrigava 4.852 alunos; em 1996, quando credenciada, possuía 7.679 alunos matriculados e, atualmente, a Universidade do Oeste de Santa Catarina abriga um universo de 17.160 alunos matriculados nos seus diversos campi e extensões e forma em torno de 1.600 universitários ao ano.

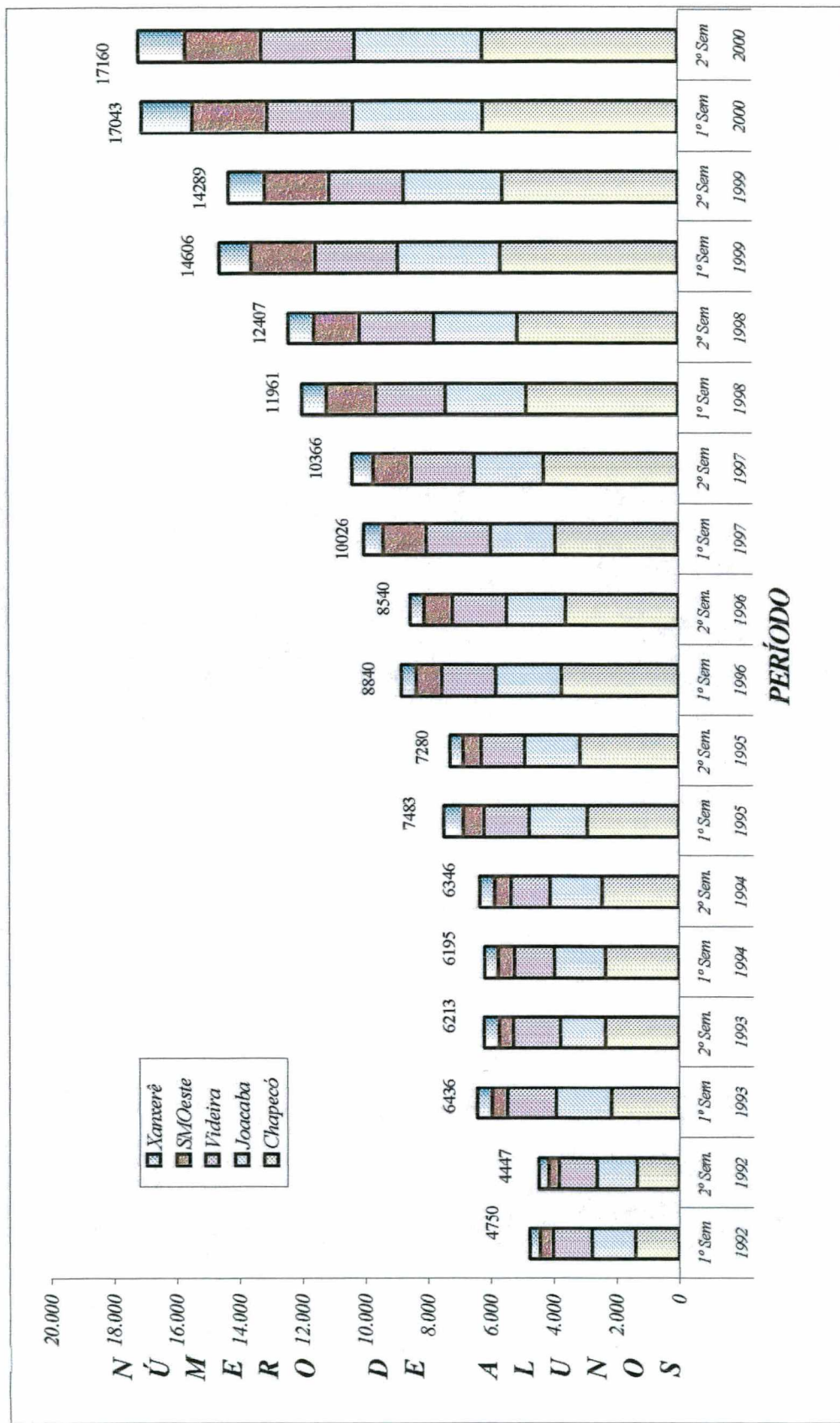
Gráfico 05. Representação gráfica do crescimento do número de alunos da UNOESC no período 1992-2000.



Fonte: UNOESC em Números – Agosto/2000

No gráfico a seguir pode-se observar a evolução dos alunos da Universidade do Oeste de Santa Catarina, em cada um dos cinco campi, por semestre letivo, desde a sua criação até os dias atuais.

Gráfico 06 – Representação gráfica da evolução dos alunos da UNOESC - período: 1992-2000.



Fonte: UNOESC em Números – agosto/2000

Ao apresentar esses números à comunidade regional, no final do seu mandato, o então Reitor enfatizou:

Todos nós sabemos o que isto significa socialmente para o Oeste Catarinense: desenvolvimento social e econômico, novas oportunidades, inovação tecnológica, formação profissional e cultural e, o mais importante, a inserção de milhares de jovens no direito à cidadania e à dignidade humana (LUCKMANN, 2000, p. 03).

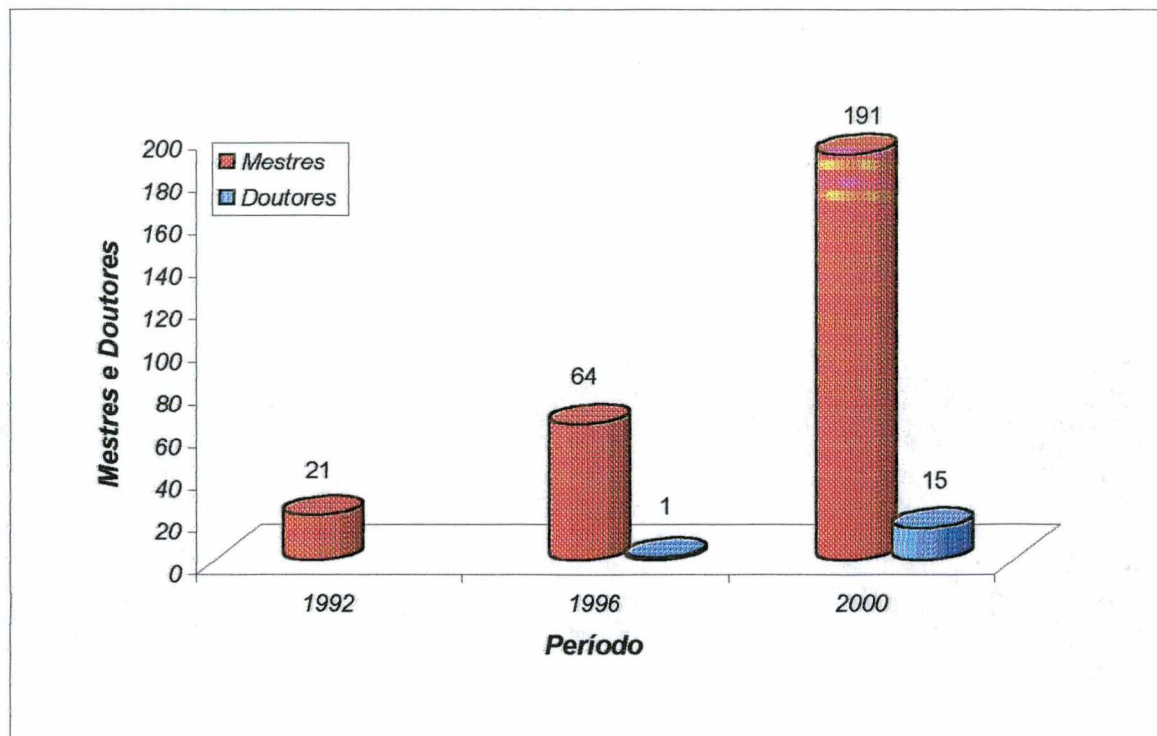
Prosegue Lückmann (2000), destacando que “tamanho expansão do Ensino Superior não se deu, contudo, sem conflitos e dificuldades. Tínhamos que adequar crescimento quantitativo com qualidade para conquistarmos credibilidade e legitimidade junto à sociedade oestina e catarinense” (p. 03).

6.5. A qualificação docente na UNOESC

Conforme se pode observar a seguir, os números relativos à qualificação do corpo docente, desde a criação da Universidade até os dias atuais, demonstram um significativo investimento da instituição na busca de qualidade.

Pode-se constatar, através do gráfico a seguir, que em 1992 a UNOESC possuía 21 professores com título de mestre e 01 professor em capacitação para o doutoramento. Em 1996 este número subiu para 64 docentes com título de mestre e 01 professor com título de doutor, de um total de 444 professores. Atualmente a Universidade do Oeste de Santa Catarina soma 847 professores, dos quais 191 são mestres e outros 218 estão em fase final de seu mestrado. Conta também com 15 doutores e mais 61 professores cursando doutorado. É relevante destacar que estes professores com titulação *stricto sensu* somados aos que estão em processo de capacitação representam 57,2% do quadro total de professores da Instituição.

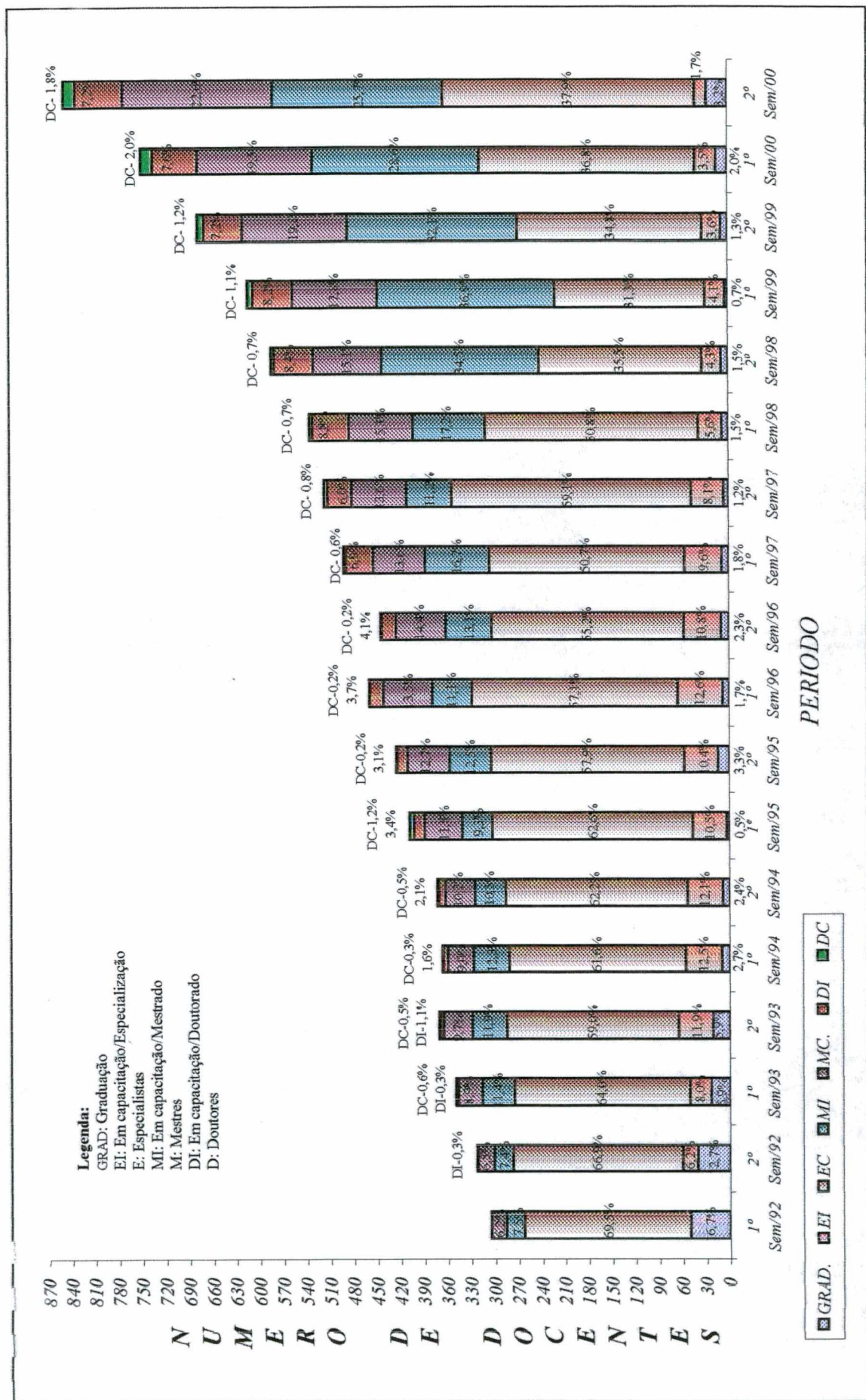
Gráfico 07. Representação gráfica do crescimento do número de professores com formação *stricto sensu* – período: 1992-2000.



Fonte: UNOESC em Números – Agosto/2000

Ao analisarmos o gráfico a seguir, que apresenta a evolução dos índices de qualificação do quadro de professores da Universidade do Oeste de Santa Catarina, pode-se observar o que estes números apresentados representam no quadro geral dos professores da Universidade. Procurou-se demonstrar através do mesmo a tendência a um progressivo e constante crescimento do número de professores em capacitação, buscando formação *stricto sensu*. Isto confirma a priorização de metas que visam à qualidade na Instituição.

Gráfico 08 – Representação gráfica dos índices de qualificação do corpo docente da UNOESC e dos professores em capacitação – 1992-2000)



Fonte: UNOESC em Números – agosto/2000

Cabe destacar aqui a política adotada pela Instituição nos últimos anos para melhorar a qualificação dos seus quadros, através de um significativo número de cursos de mestrado interinstitucionais que se encontram em andamento, em sua grande maioria conveniados com a Universidade Federal de Santa Catarina, conforme se pode constatar pelos números apresentados.

Ao prestar contas à comunidade regional no final do seu mandato, Lückmann (2000), enfatizou: “Talvez não tenhamos hoje a melhor política de pesquisa e pós-graduação, mas considerando que somos uma universidade emergente, com apenas quatro anos de credenciamento, muito se tem avançado” (p. 03-04).

6.6. A expansão da área física

Outro grande desafio, segundo Lückmann (2000), foi o de promover a expansão da área física, do acervo bibliográfico, dos recursos tecnológicos e dos laboratórios pari passu ao crescimento da graduação, da pós-graduação e da pesquisa. Destaca Lückmann que “a pesquisa, inovação tecnológica, pós-graduação e extensão comunitária são missões tão importantes de uma Universidade quanto o seu ensino” (p. 03).

A UNOESC conta hoje, de acordo com os números publicados pela Reitoria através do “UNOESC em Números”, de agosto do ano 2000, com 82.468,22 metros quadrados de área física construída; conta com 73.106 títulos e 126.463 volumes, mais 45.977 periódicos e cerca de 600 assinaturas correntes em seu acervo bibliográfico. Conta também com 127 laboratórios próprios, dos quais 17 estão em fase de construção e mais 11 laboratórios conveniados em parceria com outras organizações.

6.7. Na pesquisa e extensão

Conforme dados publicados pelo informativo UNOESC em Números, de agosto de 2000, a Universidade do Oeste de Santa Catarina começa a dar os seus primeiros passos também na pesquisa e na extensão: Na área da pesquisa encontram-se em andamento hoje 326 projetos de iniciação científica financiados com recursos do Fundo de Apoio à Pesquisa - FAPE/UNOESC, além de outros 87 projetos de pesquisa que estão sendo desenvolvidos com recursos próprios e/ou com apoio de agências de financiamento.

Cabe registrar também que a Universidade do Oeste de Santa Catarina, em seus cinco campi, possui atualmente 16 grupos de pesquisa constituídos e cadastrados junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e cerca de 24 Programas Permanentes de Extensão em andamento, além dos inúmeros projetos atendendo a demandas sociais nas diversas áreas profissionais.

Enfatiza Lückmann (2000) que, nos últimos quatro anos,

os investimentos financeiros para alavancar toda esta expansão tiveram um crescimento médio anual de 59,74%. Captamos recursos externos, provenientes de convênios, prestação de serviços, parcerias em um montante de 5.531.000,00, distribuídos proporcionalmente aos cinco campi (p. 04).

Para Rossetto (2000),

esses e outros dados demonstram que a UNOESC inicia decisivamente sua inserção no rol das universidades que não se limitam ao ensino de graduação ou à reprodução do saber, mas buscam à produção e à socialização do mesmo, o que, a nosso ver, significa avanço rumo à busca da qualidade universitária (p. 13).

A caminhada aqui apresentada busca o cumprimento da missão da Universidade do Oeste de Santa Catarina, expressa no seu Planejamento Estratégico Institucional (2000), de

gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural e tecnológico, mediante o ensino, a pesquisa e a extensão, nas diferentes áreas do saber, com o objetivo de promover a cidadania, o desenvolvimento humano e cultural sustentável, em âmbito regional, estadual, nacional e internacional (p. 24).

Diante dos números apresentados, considerando seus poucos anos de autonomia, é importante destacar as evidências de que a UNOESC, num primeiro momento, priorizou o atendimento à demanda maior, que era a expansão do Ensino Superior, especialmente do ensino de graduação. Cabe destacar também que os números apresentados indicam que a Universidade do Oeste de Santa Catarina buscou uma expansão com qualidade, considerando os significativos investimentos na qualificação do seu corpo docente, na construção de laboratórios e aquisição dos respectivos equipamentos, de acervo bibliográfico e de infraestrutura adequada para dar suporte a essa expansão.

De acordo com as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico as áreas ainda não contempladas terão, a partir deste momento, maior atenção considerando que também deverão receber tratamento prioritário. Algumas ações já foram iniciadas mas seus resultados ainda não foram sentidos.

Cabe agora ouvir agentes da Universidade e da sociedade que tiveram presença marcante nesta trajetória, objetivando verificar se, na opinião dos mesmos, esta caminhada atende às expectativas e demandas da sociedade onde está inserida e faz da universidade um agente de integração, atuando na vanguarda do processo de desenvolvimento regional.

VII – INSTITUCIONALIZAÇÃO, LEGITIMIDADE E PERSPECTIVAS DA UNOESC: A PERCEPÇÃO DE AGENTES INTERNOS E EXTERNOS

Neste sétimo capítulo serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas junto a agentes internos e externos à Universidade do Oeste de Santa Catarina, a pessoas que tiveram presença marcante ou participação decisiva no decorrer do processo de institucionalização da UNOESC e ainda hoje mantêm estreita ligação com a Instituição.

A apresentação dos resultados acompanha o roteiro utilizado para as entrevistas, dividida em três grandes blocos: o primeiro bloco trata do processo de institucionalização da UNOESC – suas razões maiores e principais dificuldades; o segundo trata da importância/relevância da Universidade do Oeste de Santa Catarina para o oeste catarinense e o terceiro fala das perspectivas de futuro da Universidade quanto ao modelo organizacional, expansão acadêmica e quanto a sua pertinência/relevância social.

7.1. Sobre o processo de institucionalização da UNOESC

Este bloco contempla a análise dos resultados das entrevistas sobre as razões maiores que levaram à criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, bem como as dificuldades que interferiram no processo de criação e implantação da UNOESC, na opinião de quem acompanhou todo o processo e conhece a Instituição.

7.1.1. As razões maiores que levaram à criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina

Ficou evidenciado nos depoimentos da maioria dos entrevistados, que a busca da autonomia foi uma forte razão que impulsionou a articulação de lideranças regionais no sentido de encontrar formas para buscar e conquistar a Universidade. Um dos depoimentos, a seguir transcrito, explica esta constatação:

A primeira e grande razão foi a busca de autonomia, pois a Lei 5.540/68, da época, e a ordenação dos Conselhos para aprovação de cursos proporcionava às instituições isoladas um sofrimento muito grande para aprovação de cursos de graduação. A tramitação era: 1) Carta Consulta ao Conselho Estadual de Educação que, se aprovada, possibilitava a elaboração do projeto do curso; 2) Projeto que, se aprovado, recebia Portaria; 3) Portaria do Secretário de Estado da Educação, que o enviava ao Conselho Federal de Educação; 4) Análise e parecer do Conselho Federal de Educação; 5) Portaria do Ministro da Educação e 6) Decreto do Presidente da República. Alguns cursos, como o de Direito, por exemplo, tiveram 9 anos de tramitação.

Outra importante razão apontada pelos entrevistados foi a necessidade de unir forças para atender às condições legais exigidas, para que a FEMARP, a FUOC e a FUNDESTE passassem de Instituições de Ensino Superior isoladas ao status de universidade. Desta forma conquistariam autonomia para desenvolver ações buscando suprir a demanda relativa ao Ensino Superior, reprimida na região tanto em número de vagas como de novos cursos em áreas ainda não atendidas. Esta constatação pode ser confirmada nos seguintes depoimentos:

Necessidade de dar uma resposta aos históricos anseios do Oeste de Santa Catarina, que há décadas vinha pleiteando a sua universidade, uma vez que a região sempre esteve à margem do Ensino Superior. Este vinha sendo oferecido desde os anos 70, ou um pouco antes, através de instituições isoladas, no modelo fundacional, sem perspectiva de expansão e limitando-se a uma meia dúzia de cursos.

Prossegue, em seu depoimento, salientando que já na década de 80 havia um movimento em favor da criação de uma universidade federal na região oeste, porém, sem sucesso. Lembra também que à época havia, igualmente, uma

política por parte do Ministério da Educação, que não permitia a expansão do Ensino Superior. Destaca, por fim, que a saída foi buscar um processo de integração entre as Fundações e suas Faculdades Isoladas para viabilizar um Projeto de Universidade, como alternativa para sair do isolamento e da marginalidade.

Outro entrevistado assim se expressa:

Relembremos que existiam instituições isoladas gerindo cursos de terceiro grau, porém nenhuma dessas instituições, isoladamente, teria condições, em curto prazo, de se transformar em universidade. Razão pela qual, no final da década de 80 iniciaram-se tratativas entre as Fundações de Ensino Superior de Joaçaba, de Videira e de Chapecó, o que mais tarde deu origem à UNOESC.

Outra grande razão que impulsionou a criação da UNOESC, na opinião da maioria dos entrevistados, foi a necessidade de uma instituição que fosse agente propulsor do desenvolvimento regional, propiciando o crescimento socio-econômico, científico, cultural, tecnológico e educacional do oeste catarinense e evitando o êxodo de estudantes para outros centros, através da oferta de um maior número de oportunidades e possibilidades para a sua formação. Tal constatação transparece no seguinte depoimento:

Necessidade de construir uma Universidade que fosse propulsora e vanguarda do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e educacional da região, uma vez que se assistia a uma migração permanente de jovens que buscavam outros centros de formação e não mais voltavam para as suas cidades de origem. Fenômeno este que trazia sérias conseqüências para os quadros das empresas que viam-se obrigadas a 'importar' especialistas e mão-de-obra qualificada de fora, além de a região não dispor de pesquisadores para o desenvolvimento da pesquisa.

Destacou-se também a distância da região em relação aos grandes centros, o que dificultava o acesso e a freqüência ao Ensino Superior. Ter uma universidade no oeste catarinense passou a ser de interesse social e comunitário, para que os filhos daqui também tivessem acesso ao Ensino Superior, com maiores opções de escolha.

Cabe destacar também que, na opinião da maioria dos entrevistados, a criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, além de praticar a formação de profissionais com maior qualidade, proporcionou ao povo do grande oeste catarinense oportunidades e opções antes só encontradas em centros maiores.

Outra razão apontada, como um grande sonho dos mentores da UNOESC, era a de que a criação de uma universidade única para o grande oeste catarinense possibilitaria a formação de pólos de excelência nas áreas de vocacionamento da região, conforme pode-se constatar no depoimento a seguir:

Queríamos fazer três pólos de excelência: em Videira, pólo de alimentos; em Joaçaba, de tecnologias e em Chapecó, de saúde e de ciências agrárias. Havia um anseio de que nossos jovens não saíssem daqui e tivessem o maior número de oportunidades possíveis para sua formação. Acho que estamos conseguindo. Poderia ser melhor.

E concluiu: “Não me conformo, por exemplo, que neste vestibular, quase dois mil candidatos, só em Chapecó, fiquem fora da Universidade!”

A criação de pólos de excelência de acordo com o vocacionamento de cada microrregião, vinha ao encontro de necessidades e desejos da época. Necessidade de atender às demandas microrregionais de acordo com as suas peculiaridades e o desejo de integração e de superação da competitividade concorrencial em favor de uma visão estrategicamente ampliada, integradora e participativa de toda a região oeste. Os depoimentos a seguir dão suporte a esta constatação:

Necessidade de integração de uma vasta região, relativamente homogênea em suas vocações, a partir de um Projeto único de Universidade que pudesse fazer frente aos seus inúmeros desafios microrregionais.

Superação da competitividade concorrencial, municipalista e bairrista que, até então, caracterizava o Ensino Superior no oeste catarinense, em favor de uma visão estrategicamente ampliada, integradora e participativa de toda a região como unidade geográfica com fortes traços de homogeneidade sócio-econômica e cultural.

Destacou-se também nos depoimentos que criar a UNOESC, na forma multicampi, além de se promover a integração das microrregiões do grande oeste catarinense, se estaria fortalecendo uma instituição que passaria a ter maior representatividade e competitividade, tanto a nível estadual como a nível macro-regional.

Estas, segundo as lideranças consultadas, foram algumas das grandes razões que incentivaram a criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Unir as três Instituições Isoladas de Ensino Superior instaladas na região oeste catarinense significava constituir uma Universidade integradora, competitiva e com maior representatividade, fortalecendo assim seu papel de agente propulsor do desenvolvimento regional.

7.1.2. As dificuldades que interferiram no processo de criação e implantação da UNOESC

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, o processo de unificação para a criação e implantação da Universidade do Oeste de Santa Catarina apresentou uma série de dificuldades que interferiram significativamente no andamento de todo o processo e muitas delas causaram conseqüências que até hoje afetam a vida da Universidade. Vejamos algumas das dificuldades apontadas pelos entrevistados:

a) Dificuldades de ordem política: As Fundações isoladas que deram origem ao Projeto UNOESC passaram por todo um processo de mudanças, mas, sobretudo, mudança de cultura, pois necessitavam adaptar-se a uma série de exigências colocadas pelos órgãos de acompanhamento do Ministério da Educação, além de terem que atender às exigências de mudanças nos seus ordenamentos internos e de transferência de seus cursos e de seu patrimônio para a nova Fundação UNOESC.

b) Dificuldades de ordem prática: A implantação do Projeto UNOESC deu-se no espaço de aproximadamente cinco anos quando, em 1996, a universidade foi credenciada. Isto

significou um esforço coletivo incomensurável, pois ao mesmo tempo em que se procedia a todas as mudanças jurídicas, estatutárias e regimentais, também promovia-se a expansão de novos cursos e buscava-se qualificar, em curto espaço de tempo, os professores, bem como propor novas políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a publicação e a extensão.

c) Dificuldades de ordem jurídica: A unificação das Fundações para criar a universidade implicou igualmente em mudanças na estrutura jurídica, sobretudo em função daquilo que a UNOESC se propôs enquanto modelo multicampi, com gestão financeira e administrativa descentralizada.

As resistências decorrentes de posições bairristas foram apontadas pela maioria dos entrevistados como a grande dificuldade que interferiu no processo de criação e implantação da UNOESC e, como se pode observar em alguns dos depoimentos a seguir, ainda se faz presente nos dias atuais, interferindo no processo de integração regional. Vejamos algumas das afirmações dos entrevistados quando apontam essas dificuldades:

Dificuldades (...) em conciliar os interesses locais de cada cidade/microrregião onde funcionavam as Fundações Educacionais de Ensino Superior, isoladamente, nascendo aí a disputa pelo poder dentro da nova instituição UNOESC que, de certa forma, é salutar, porém dificulta as ações integradas para o encaminhamento de projetos de interesse regional”.

Outro entrevistado assim se expressou: “Vejo como grande dificuldade que interferiu em todo o processo e ainda se faz presente, os interesses bairristas dos principais sujeitos da política de cada uma das cidades-pólo do Oeste: Videira, Joaçaba e Chapecó”. Prossegue destacando: “O bairrismo das cidades que se uniram para criar a UNOESC gerava desconfiança, medo de perder patrimônio e espaço. Isso dificultou muito a elaboração dos ordenamentos jurídicos que acabaram uma colcha de retalhos”.

Os interesses e resistências bairristas, segundo depoimentos da grande maioria dos entrevistados, desencadearam inúmeras outras dificuldades cujas conseqüências comprometem o bom andamento das atividades, interferindo na consolidação plena da

UNOESC. De acordo com os depoimentos, “a maior delas, talvez, revogar as estruturas das Instituições Isoladas e criar uma nova Instituição, mais participativa, de equipe, com visão de conjunto e unidade”. E o desabafo: “Nessas alturas, penso que esse objetivo não será conquistado”.

As dificuldades de unificação mínima de valores e de procedimentos para se constituir em instituição única. Dificuldades geradas também pela resistência a mudanças, por parte de certos dirigentes e determinados grupos com interesses pessoais definidos, também foi lembrada pela grande maioria dos entrevistados, conforme podemos observar em alguns dos depoimentos, a seguir transcritos:

Dificuldade de “integrar três Instituições, cada qual com duas décadas de história, cultura e concepções acerca do papel do Ensino Superior, para constituir uma Universidade com ordenamentos jurídicos e procedimentos administrativos e acadêmicos unificados”.

Dificuldade para “a formulação formal e efetiva dos ordenamentos jurídico-institucionais da nova entidade, na sua dialética de unidade X diversidade; homogeneidade X heterogeneidade; centralização X descentralização; globalidade X localidade”.

E um novo desabafo: “as negociações de mensalidades foram difíceis, acirradas, para não dizer tormentosas”.

Igualmente foram apontadas como grandes dificuldades do processo, a consecução de condições técnicas para satisfazer às exigências legais vigentes, no que se refere à titulação do quadro docente, acervo bibliográfico, número de cursos reconhecidos, estrutura física e laboratorial. Destacou-se também a falta de recursos financeiros por parte de alguns campi, cuja situação era tida como da maior precariedade. Esta situação acabou interferindo na implantação de alguns cursos importantes que exigiam maiores investimentos, como foi o caso de cursos na área da saúde.

Lembrou-se também, no decorrer das entrevistas, que, nos primeiros quatro anos após a sua autorização, a Reitoria era composta pelo Reitor e por três Vice-Reitores, um de cada um dos campi que deram origem à UNOESC - de Administração/Videira, de Ensino/Chapecó e de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação/Joaçaba. Houve manifestação lamentando que a Reitoria da UNOESC era vista, especialmente por Chapecó, como um “peso” para a Universidade, apesar de sua sempre enxuta estrutura e grande dedicação de todos quantos por ela passaram.

Registrou-se também as precárias condições de trabalho oferecidas pela Universidade a alguns dos seus primeiros Dirigentes Gerais - Reitor e Vice-Reitores – que se deslocavam de Joaçaba e Videira para Chapecó, para cumprir expediente na Reitoria. O depoimento a seguir demonstra isso:

Nós tínhamos um UNO-Mille para nosso transporte, por essas estradas ruins. O Luiz e o Nelson dormiam na própria Reitoria para evitar despesas. Depois, alugamos um apartamento, sem mobílias, onde o Nelson e o Luiz dormiam. Apesar disso, os estudantes de Chapecó diziam que aquilo era mordomia e que o Reitor levava todos os recursos para o campus de Joaçaba.

Cabe destacar aqui que, à época, o local de residência dos dirigentes gerais da UNOESC foi uma questão polêmica que gerou muitas discussões. O Estatuto da UNOESC, em seu artigo 64, previa: “Os Vice-Reitores devem residir na sede administrativa da Universidade sendo escolhidos, obrigatoriamente, um de cada campus”. Cabe lembrar também que havia contestações em relação a esta norma estatutárias por pessoas que entendiam ser ela inconstitucional.

Como se pôde verificar pela opinião dos entrevistados, o processo de institucionalização da UNOESC foi, sem dúvida, uma grande conquista para a região oeste. Mas foi também uma árdua e tortuosa caminhada, de muito trabalho e grandes desafios que exigiram imensurável dedicação, persistência e muita paciência daqueles que a idealizaram e que não mediram esforços para que o projeto se concretizasse. Observou-se também que algumas tristes lembranças ainda pairam na mente daqueles que trilharam e intensamente vivenciaram essa caminhada.

7.2. Sobre a importância/relevância da Universidade do Oeste de Santa Catarina para o Oeste Catarinense

Neste bloco apresentar-se-á a análise dos resultados das entrevistas nas quais algumas pessoas que participaram ativamente do processo de criação e institucionalização da UNOESC expressam sua visão sobre a importância/relevância da Universidade do Oeste de Santa Catarina para a região onde está inserida.

7.2.1. Sobre o cumprimento do papel da UNOESC como agente propulsor do desenvolvimento regional, em parceria com instituições e setores produtivos

Em sua grande maioria, os entrevistados entendem que a UNOESC está cumprindo seu papel de agente propulsor do desenvolvimento regional. Em alguns aspectos, com êxito, em outros, em parte, ou ainda deixa a desejar. Em seus depoimentos demonstram entender que a UNOESC está cumprindo seu relevante papel social, especialmente na formação de quadros para o mercado de trabalho. Vejamos algumas afirmações onde isto ficou evidenciado:

A UNOESC tem desempenhado seu papel, no meu entender, de maneira competente, sobretudo nos seguintes aspectos:

- a) Na efetiva integração com as comunidades, com o objetivo de buscar a solução de problemas coletivos, tais como o meio-ambiente, o desemprego e a depressão econômica em algumas áreas. Tal trabalho vem sendo feito em parcerias com o poder público e com as empresas. (...) A universidade vem igualmente firmando sua presença significativa no âmbito do MERCOSUL;
- b) Na formação de quadros para o mercado de trabalho: a Universidade possui hoje 38 carreiras/cursos superiores, além de oferecer permanentemente em torno de 30 cursos de especialização. Isto está significando a disponibilização de centenas de profissionais qualificados para atuarem junto às empresas, constituírem-se empreendedores, consultores, educadores, etc;
- c) Na produção científica relacionada ao atendimento das necessidades regionais, através da pesquisa aplicada que começa a ser desenvolvida.

Foi por diversas vezes lembrada, no decorrer das entrevistas, a missão da UNOESC expressa em seu Planejamento Estratégico, de “gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural e tecnológico, mediante o ensino, a pesquisa e a extensão, nas diferentes áreas do saber, com o objetivo de promover a cidadania, o desenvolvimento humano e cultural sustentável, em âmbito regional, estadual, nacional e internacional”, destacando-se que “a universidade se propõe a desenvolver um papel social da maior relevância, que é o de estar pari passu com a região e seus agentes engajados em seu processo de desenvolvimento”.

Destacou-se também que

a UNOESC, ao lado de outros grandes empreendimentos, se consolida na sua vocação de desenvolver, integradamente, esta rica região do estado que, apesar de dificuldades estruturais, ponteia o desenvolvimento da região. Sem dúvida, os cursos que a UNOESC oferece vem ao encontro das características e vocação regional. Sem dúvida, que algumas áreas merecem maiores preocupações, pois ainda estão a espera, como é o caso de cursos na área da saúde.

Foram poucos os entrevistados que se manifestaram quanto ao desempenho da Universidade do Oeste de Santa Catarina com relação à pesquisa e extensão. A grande maioria reconheceu o empenho da UNOESC na expansão do ensino de graduação; contudo, as poucas manifestações com relação à pesquisa e extensão demonstraram que nestas áreas existem fragilidades. Vejamos algumas afirmações:

Os serviços de extensão e de pesquisa ainda são incipientes. A procura junto aos setores produtivos ainda se atém muito à colocação de acadêmicos para a realização de estágio e esta está sendo atendida cada vez com menor frequência, pois houve uma certa saturação deste tipo de iniciativa.

Na opinião de outro entrevistado, “a Universidade poderia ser mais explorada pelas empresas, com o objetivo de contribuir com pesquisas, informações e tecnologia”.

Quanto à integração da Universidade com a comunidade e ações conjuntas da universidade com os setores produtivos, constatou-se que, na opinião dos que se manifestaram a respeito, este é outro aspecto em que a UNOESC precisa avançar. Destacou um dos entrevistados: “A Universidade tem interagido com todos os segmentos da sociedade, participando de eventos e atividades, quer sejam culturais, educacionais, de formação, ou na difusão de tecnologias”.

Outro entrevistado assim se expressou:

Pela sua atuação e expansão, especialmente no ensino de graduação, entendemos que a Universidade do Oeste de Santa Catarina está suprindo grande parte daquilo que se propôs. Há, contudo, setores que ainda estão deixando a desejar e não correspondem àquilo que a comunidade espera. (...) Entendemos, no entanto, que ‘como um todo’ o saldo é positivo e a UNOESC está sendo agente propulsor do desenvolvimento regional.

Com relação às ações conjuntas com os setores produtivos, acreditam alguns dos entrevistados que a UNOESC ainda está buscando sua afirmação. Destacou-se também a importância desta atuação em parceria para o incremento e a sustentação do desenvolvimento da região.

Houve manifestação também no sentido de que, ao longo dos nove anos de sua existência, “a UNOESC/Chapecó desenvolveu poucas ações conjuntas com os setores produtivos. Suas parcerias são mais significativas em projetos de cunho social”.

Outras considerações dos entrevistados que merecem ser destacadas dizem respeito à formação acadêmica, salientando que esta ainda está muito direcionada para a formação de empregados e pouco para a capacitação de agentes empreendedores. Considerou-se também que

o sistema universitário ainda está direcionado para conhecer o já conhecido e pouco se faz no sentido de descobrir novas informações sobre a nossa região, visando identificar suas dificuldades, pontos fracos, potencialidades e oportunidades de atividades econômicas e sociais que possam agregar valor.

Outro entrevistado assim se expressou: “Ruttherfort dizia que `um povo que não investe na ciência e na educação será sempre cortador de lenha e carregador de água para outros povos”. Destacou que a UNOESC dá demasiada ênfase às ciências humanas, salientando que isso é importante, mas o desenvolvimento não se dá com cursos de “cuspe e giz”. Admitiu, contudo, que a UNOESC está se tornando um centro de poder muito cobiçado e que, na sua percepção, a comunidade regional gosta e está satisfeita com a UNOESC. E finaliza: “para quem nunca teve nada, um pouco já faz bem”.

Importante destacar aqui a grande preocupação externada e enfatizada pelas lideranças comunitárias ouvidas no decorrer deste estudo, no sentido de se buscar caminhos e alternativas para sanar as deficiências e superar as dificuldades que a UNOESC enfrenta, especialmente encontrar medidas que neutralizem a atuação de grupos ou indivíduos que buscam interesses menores/pessoais e que perderam de vista as grandes razões que impulsionaram e mobilizaram toda uma comunidade que acreditou no sonho de uma universidade como agente integrador e propulsor do desenvolvimento do grande oeste catarinense.

7.2.2. Sobre a atuação da UNOESC frente aos anseios e expectativas da comunidade

Em sua grande maioria, os entrevistados entendem que a atuação da UNOESC responde aos anseios e expectativas da comunidade. Em alguns aspectos, com êxito, em outros, ainda deixa a desejar. Dentre os anseios e expectativas atendidas destacam-se: a UNOESC vem respondendo às demandas por Ensino Superior; começa a atuar de forma competente na pós-graduação e na pesquisa; vem gerando oportunidades de capacitação e formação profissional; desenvolve ações que demonstram seu comprometimento com a comunidade. Verificou-se também que a UNOESC é vista como um atrativo de pessoas para a região, gerando oportunidades de negócios.

Ficou evidenciado que os maiores esforços empreendidos pela UNOESC nesta breve caminhada foram direcionados para o atendimento a questões emergenciais. Sua atuação em relação às demandas do ensino de graduação, nas diversas áreas do conhecimento, já está sendo reconhecida, conforme se pode observar desde o início deste capítulo, pelos depoimentos dos entrevistados. Vejamos mais algumas afirmações das lideranças ouvidas:

Dentre os anseios e expectativas de toda a comunidade figuram os reclamos por acesso ao ensino de terceiro grau. A UNOESC veio ao encontro e responde satisfatoriamente a essa expectativa. Outras expectativas e anseios serão atendidos à medida que a UNOESC, além do ensino de graduação, passar a oferecer ensino de pós-graduação e a produzir conhecimentos através da pesquisa e da extensão sobre as problemáticas e as potencialidades regionais que constituem o substrato de anseios e expectativas de toda ordem, na textura social regional.

Outro depoimento refere-se ao Campus de Chapecó, quando destaca: “de uma forma geral, a UNOESC/Chapecó está bastante distante dos problemas da comunidade. Tem correspondido, em grande parte, tratando-se da implantação de novos cursos de graduação”.

O setor agroindustrial, por ser a base da economia da região oeste, novamente foi lembrado como segmento que merece maior atenção da Universidade no planejamento e desenvolvimento de suas ações. Ficou evidenciado também que a Universidade do Oeste de Santa Catarina precisa direcionar maiores esforços e atenções no desenvolvimento de projetos e no domínio de tecnologias inovadoras nas áreas de vocacionamento da região, capazes de trazer soluções para os setores produtivos. Enfim, que a UNOESC, a partir deste momento, volte mais suas atenções para a busca de sua maturidade, com diferenciação, ou seja, passe a buscar menos a indústria de cursos e mais a indústria do conhecimento. Vejamos o seguinte depoimento:

Na nossa visão, a comunidade vê a UNOESC como um atrativo de pessoas para as cidades-sede dos campi, gerando oportunidades de negócios aos setores imobiliário, de transporte, comércio e a prestação de serviços, o que já é relevante. (...) Faz-se importante que a universidade propicie a criação de negócios inovadores para a região,

que identifique as fraquezas da região e passe a pesquisar e desenvolver projetos que chamem a atenção para investimentos privados e governamentais.

Prossegue enfatizando:

O Oeste de Santa Catarina tem como vocação a produção de alimentos, porém, para produzi-los com qualidade e produtividade, há necessidade do desenvolvimento e domínio de tecnologias inovadoras e vencedoras. cremos que a UNOESC precisa buscar a sua maturidade com diferenciação, indo para o conceito de indústria do conhecimento e menos o da indústria de cursos.

Outro depoimento demonstra o desejo de uma maior aproximação, envolvimento e interação entre Universidade e comunidade, conforme se pode observar:

A Universidade está ainda muito longe da comunidade. É importante que seu potencial seja mostrado e que a comunidade seja envolvida por um clima de cidade universitária. Existem cidades que fazem da sua universidade um escudo propulsor do desenvolvimento. Projetos neste sentido se fazem urgentes, desde incubadoras nas mais variadas áreas, produzindo empresas e profissionais de alta tecnologia, até opções de um novo modelo econômico regional, além de buscar soluções tecnológicas para os setores produtivos.

Lembrou-se ainda que a marca principal da UNOESC é o seu comprometimento com a comunidade. Ela é uma instituição comunitária, criada pelo poder público e organizada colegiadamente, inclusive com a participação, em seus Colegiados, de membros da comunidade externa. Isto, por si só, é um imperativo para que as ações da universidade estejam em sintonia com as demandas e necessidades da comunidade em que se insere.

Enfatizou-se também que sem esta sintonia a Universidade perderia sua razão de ser e estaria fadada ao isolamento e ao descrédito. Destacou-se ainda que este cuidado tiveram seus dirigentes quando elaboraram o Planejamento Estratégico Institucional, aprovado em 1999: "Todo ele foi montado em sintonia com as demandas e necessidades sociais da região, de modo a atender às suas expectativas. A cada projeto que se implanta, antecede uma pesquisa de demanda, exatamente para atender necessidades colocadas pela região".

7.3. Sobre as perspectivas de futuro da UNOESC

Este terceiro bloco teve por objetivo verificar a opinião dos entrevistados sobre as perspectivas de futuro da UNOESC, em relação ao modelo organizacional, à expansão acadêmica e quanto à sua pertinência/relevância social, tendo presente o processo de auto-construção, a atuação, a expansão, as dificuldades e conquistas da Universidade do Oeste de Santa Catarina nesta primeira década de existência.

7.3.1. Quanto ao modelo organizacional

Analisando os resultados das entrevistas, percebe-se o reconhecimento de que o modelo organizacional multicampi existente é inovador e adequado para a realidade da UNOESC pois, ao mesmo tempo em que a criação de universidade única possibilitou o fortalecimento da Instituição tornando-a mais competitiva, também preservou relativa autonomia aos campi que lhe deram origem.

Porém, percebe-se também a preocupação da grande maioria dos entrevistados em relação à fragilidade da unidade institucional: unidade patrimonial mínima para configurar a sinergia de gestão; unidade acadêmica e administrativa; preocupação com a multiplicação dos custos e a não otimização dos recursos da Universidade como um todo; preocupação com a falta de integração nas ações externas; com a quase inexistência de projetos integrados; com a competição entre os campi, dentre outras. A seguir apresentamos alguns dos depoimentos que demonstram estas preocupações:

O atual modelo organizacional, patrimonial e jurídico da UNOESC deixa-nos bastante inseguros em relação ao seu futuro. Como manter-se competitivo com a chegada de outras Instituições de Ensino Superior se os campi da UNOESC competem entre si? Não há uma clara definição de estratégias para o futuro; não há sinergia na gestão. Custos são multiplicados e os recursos não são eficientemente otimizados.

Outro entrevistado entende que o fato de ser uma universidade multicampi é um diferencial importante. “Nota-se, no entanto, que não há uma integração nas ações externas e sim, em parte, nas questões internas da gestão da UNOESC, entre os campi, evidenciando ainda que há disputas entre as administrações dos campi”.

Referindo-se ao futuro da Universidade do Oeste de Santa Catarina, os entrevistados demonstraram sua preocupação em encontrar uma direção alternativa para que a instituição continue crescendo e cumprindo seu papel de relevância social, econômica e de formação, com relativa autonomia, porém, sem prejudicar sua unidade. Vejamos algumas das preocupações demonstradas pelos entrevistados:

O modelo organizacional precisa ser revisto, com o seguinte balizamento: unidade patrimonial mínima, sem destruir a relativa autonomia dos campi; hierarquização adequada da estrutura de poder, de tal forma a evitar o conflito de competências e de responsabilidades na condução do todo.

Outro entrevistado, ao mencionar esta questão, destacou: “Somos de opinião que a UNOESC deve manter-se no modelo multicampi, porém, com propostas e projetos integrados, visando modificar o status da região oeste, que é tida como uma região depressiva em termos econômicos e sociais”.

Vejamos outro depoimento sobre as perspectivas de futuro em relação ao modelo organizacional da UNOESC:

Creio que a UNOESC, no futuro, continuará caracterizando-se enquanto: Uma instituição de origem pública, considerando seus atos instituidores emanados pelo poder público municipal, assim como o caráter público de seu processo de unificação; uma instituição de direito privado, mas comunitária, considerando sua forma jurídica e a função social que

desempenha em seu meio; uma instituição regional e multicampi, considerada sua abrangência de atuação e sua organização estrutural em vários campi; uma instituição comprometida com o processo de desenvolvimento regional. Tais características lhe conferem um modelo organizacional inovador e, acredito, inédito. Mas isto não significa que a UNOESC não necessite de mudanças em seu modelo, até porque as mudanças são uma necessidade constante das organizações modernas.

Parecem evidentes a preocupação e o comprometimento dos entrevistados com a busca de soluções alternativas para sanar as deficiências e superar as dificuldades que o modelo organizacional apresenta no momento, especialmente quanto à sua unidade patrimonial, administrativo-financeira e acadêmica.

7.3.2. Quanto à expansão acadêmica

Os depoimentos da maioria dos entrevistados apontam para a grande expansão de cursos e crescimento do número de alunos no decorrer de quase uma década de existência da UNOESC e especialmente nos últimos anos, após a conquista da autonomia. Há, porém, alertas no sentido de que a expansão acadêmica precisa ser repensada e estrategicamente conduzida para se evitar, sobretudo, a competição autofágica entre os campi e a duplicação de meios para o mesmo fim. Evidenciou-se também a preocupação com a qualidade, considerando-se o grande número de cursos implantados em tão curto espaço de tempo. Reconheceu-se, no entanto, que o Planejamento Estratégico Institucional é um instrumento que possibilita corrigir esta expansão desordenada, pois contempla a expansão acadêmica acompanhada de projeção quanto à qualificação docente, acervo bibliográfico, estrutura física, visando assegurar a qualidade. Vejamos a opinião de alguns dos entrevistados:

No que se refere à expansão acadêmica, o Planejamento Estratégico da instituição projetou para o ano de 2010 uma previsão de 40.478 alunos e considerou para esta projeção um crescimento de 10% ao ano, dentro, portanto, da média de crescimento nacional. Só este dado é relevante, por si só, na medida em que indica um futuro promissor em termos de expansão. Creio, contudo, que tal crescimento deverá estar sendo acompanhado de um

forte investimento na qualificação de recursos humanos, em nível de mestrado e de doutorado, além do provimento da estrutura física, laboratorial, tecnológica e do acervo. O mesmo Planejamento prevê para 2010 um quadro de 1.926 professores, dos quais 1.348 mestres e doutores. Seu espaço físico está projetado para 150.000 metros quadrados. São números que nos fazem crer que a expansão na UNOESC será uma realidade.

De acordo com a maioria dos entrevistados, “a expansão acadêmica precisa ser estrategicamente conduzida para se evitar, sobretudo, a competição autofágica entre os campi e a duplicação de meios para o mesmo fim”. Destacou-se ainda que “os números demonstram que a expansão das oportunidades acadêmicas cobriram as principais demandas. Basta cotejar os números iniciais, sendo em 1992, 4.852 alunos e, hoje, são mais de 17.000 alunos, com projeção de 40.478 alunos, num plano de dez anos”. Porém, é preciso “repensar a expansão do ensino de graduação e investir na qualidade dos cursos implantados”.

Houve também manifestação no sentido de que “se a UNOESC surgiu para atender as necessidades regionais, terá que expandir de acordo com essas necessidades, desde que tenha capacidade técnica, de espaço físico, de laboratórios, de elemento humano qualificado, de condições materiais e financeiras para tanto”.

Houve ainda quem lembrasse o quanto a UNOESC tem sido tímida em relação à expansão na área da saúde e das tecnologias, áreas que demandam maiores investimentos, mas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. O depoimento a seguir bem demonstram essa preocupação:

Quanto à expansão acadêmica, entendo que a UNOESC é tímida. Não têm investido nas áreas da saúde e das tecnologias, duas áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. Por quê? É uma instituição pobre, demasiadamente burocrática e sem mobilidade de angariar recursos para investimentos nessas áreas.

E o desabafo: “em Chapecó, por exemplo, no próximo vestibular, serão quase dois mil estudantes fora da universidade”.

7.3.3. Quanto à pertinência/relevância social

Os depoimentos colhidos nos levam a acreditar que a Universidade do Oeste de Santa Catarina é importante e sua relevância social para a região é inquestionável. Porém, destacou-se que a sua pertinência e relevância social estarão diretamente relacionadas à sua capacidade de dar suporte técnico e científico para o enfrentamento dos problemas do oeste catarinense. Vejamos as afirmações de alguns dos entrevistados:

A Conferência de Paris, em 1998, deixou claro em suas conclusões que qualidade e pertinência caminham de mãos dadas. A UNOESC somente terá credibilidade social e legitimidade se for uma instituição de qualidade e se a sua atuação for pertinente em termos de resultados junto à comunidade regional. Acredito que o seu futuro está exatamente na capacidade que ela tiver em promover o desenvolvimento humano e social sustentável no meio em que atua.

Outro entrevistado assim se manifesta a respeito da pertinência e relevância social da UNOESC para o grande oeste catarinense:

Não há dúvidas que a UNOESC é muito importante e tem sua relevância social na região. A UNOESC deveria ter como meta estratégica para a retenção de pessoas na nossa região, oferecendo oportunidades nas áreas acadêmica, na pesquisa e na extensão, com projetos auto-sustentáveis, para que os filhos da terra desenvolvam aqui seus objetivos e projetos. Que cada vez menos os filhos daqui precisem ir para outros centros obter conhecimentos e formação e que acabam ficando por lá”.

Destacou-se também que “a UNOESC desponta como a maior entidade do oeste, hoje já ocupando a terceira posição no ranking universitário. Nesse sentido, oferece todos os cursos que vêm ao encontro das demandas regionais”.

Parece não restar dúvidas que a Universidade do Oeste de Santa Catarina tem conquistado o reconhecimento e admiração pela sua trajetória e atuação junto à comunidade. Não restam dúvidas também sobre a caminhada ainda a percorrer e os espaços que resta conquistar. Porém, há o reconhecimento de que trata-se ainda de uma jovem Universidade. Uma universidade que, apesar dos conflitos e diferenças, tem se empenhado em responder às expectativas e anseios da comunidade; que, apesar das dificuldades, tem um caminho promissor a percorrer e muitas respostas a buscar. Para isso, precisa do empenho e união de todos e de seus dirigentes especialmente, para atingir com êxito e plenitude aquelas metas traçadas no momento de sua idealização, reforçadas e redimensionadas no momento da construção do seu Planejamento Estratégico.

Ficou evidenciado no decorrer deste capítulo que o processo de institucionalização da UNOESC representa um grande avanço para o desenvolvimento da região. Neste primeiro momento, especialmente no que se refere à qualificação profissional para o mercado de trabalho. A conquista da autonomia possibilitou o atendimento às necessidades regionais mais prementes.

Porém, estão bastante evidentes os interesses microrregionais ou pessoais que, desde o início, conforme se pôde observar nos depoimentos, interferiram no bom andamento do processo e na consolidação da Universidade. Não podemos esquecer, no entanto, que nesta história construída na contraditoriedade, diferenças e conflitos sempre existirão. Se bem administrados, provocam crescimento, enriquecem, somam. Se radicalizados ou induzidos por interesses menores, destroem longas caminhadas e conquistas construídas a muitas mãos. Somente ao tempo é dado o direito de mostrar as conseqüências e cobrar responsabilidades.

VIII – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

8.1. Conclusões

O processo de institucionalização da Universidade do Oeste de Santa Catarina, analisado ao longo deste estudo, remete-nos a algumas conclusões.

A primeira delas nos leva a entender que o processo é inacabado, pois a institucionalização de uma universidade, se entendida em sua dinamicidade histórica, é permanente, na medida em que, como todas as organizações, encontra-se em constante mudança. A UNOESC tem se caracterizado, em seus quase dez anos de história, como uma instituição dinâmica, flexível e aberta a mudanças, até por seu modelo multicampi e, sobretudo, por ter integrado Fundações Educacionais com histórias e caminhadas diferenciadas, em um único projeto de Universidade, com o objetivo de marcar presença no processo de desenvolvimento social dessa região. Pode-se dizer, ao final destes estudos, que a UNOESC tem sido a instituição de maior relevância social dos últimos anos no Oeste de Santa Catarina, pois vem respondendo às expectativas que há uma década a comunidade regional nela depositou.

A segunda conclusão a que se pode chegar com estes estudos é a de que seu processo de institucionalização deu-se pelo somatório de um esforço coletivo, envolvendo os mais diversos segmentos da sociedade oestina. Em seu projeto engajaram-se, desde o início, educadores, políticos, empresários, lideranças comunitárias, todos com um único objetivo: superar a histórica exclusão a que a região encontrava-se submetida em relação ao acesso ao Ensino Superior. O Oeste viveu décadas na marginalidade em termos de Ensino Superior. Para superar isto foi preciso visão de futuro, renúncias, abnegação e ousadia. Hoje, a UNOESC ostenta a honrosa terceira colocação no ranking das Universidades do Sistema ACADE.

Sabe-se, contudo, que essa história construiu-se, como vimos nas entrevistas, na contradição, no conflito e nas condições reais de seu tempo. Todo processo é, por natureza, contraditório em si. As instituições, de modo geral, nascem e crescem na adversidade do conflito. Unir culturas e histórias diferenciadas em torno de um projeto unificado de universidade significou passar por um processo permanente de superação de contradições que se colocavam na caminhada.

Sabia-se, contudo, que tais contradições, conflitos e dificuldades poderiam ser superados, porque o que estava em jogo era, não os interesses particulares, mas o desafio de se ter uma universidade capaz de superar o histórico atraso no Ensino Superior e de ser agente propulsor do desenvolvimento humano e social sustentável. A UNOESC vem sendo uma instituição de vanguarda do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da região.

Mesmo cientes do que ainda está por construir, não há dúvidas de que a UNOESC, hoje, possui credibilidade e legitimidade social pelo que representa na região e no Estado. Os indicadores em pouco tempo alcançados revelam isso.

A conferência de Paris, em 1998, insistiu no argumento de que uma instituição universitária necessita, para legitimar-se, de pertinência social, ou seja, a sua missão deve estar vinculada às grandes questões loco-regionais, para poder responder, com relevância, aos seus anseios. Este estudo, pelo que se conclui das entrevistas realizadas, aponta nesta direção: a UNOESC é hoje uma instituição de credibilidade, porque se encontra em sintonia com a comunidade regional.

Por último, cabe concluir que a UNOESC, em que pese sua problemática de fundo, é uma instituição viável e de futuro. Sabe-se que a institucionalização de uma universidade em uma região exige tempo e maturação. Contudo, os problemas que se apresentam nesse processo não a inviabilizam. O processo de planejamento estratégico, recentemente implementado, demonstrou que a UNOESC possui um potencial de destaque no conjunto das Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina.

8.2. Recomendações

Por se tratar de pesquisa de natureza descritivo-qualitativa, o presente estudo não se esgota por aqui. Sabe-se que é peculiar desse tipo de investigação a análise e a interpretação de complexos processos, percepções e fenômenos que requerem esforço no sentido de entender as variáveis em seu contexto e em suas interações. Certamente, a riqueza de dados, depoimentos e percepções descritas ao longo da dissertação nos remeterão a novos e permanentes estudos.

Os dados e os depoimentos levantados ao longo do processo de investigação não foram minuciosamente interpretados. Isto permitiu que não se interferisse diretamente nos resultados encontrados, pois as informações foram apresentadas tal qual foram coletadas junto aos entrevistados, possibilitando a sua exploração em estudos futuros.

Igualmente não se pensou neste estudo em construir teorias substantivas sobre a temática de fundo. Apenas se quis apresentar um referencial teórico que pudesse ser vinculado às ações desenvolvidas pela UNOESC ao longo desses anos. A continuidade desses estudos recomendaria uma análise teórica mais rigorosa sobre o assunto.

Os resultados alcançados nas entrevistas necessitam ser futuramente melhor explorados. O estudo, por exemplo, não aprofundou a perspectiva de futuro da UNOESC em sua estrutura organizacional, até porque este aspecto não era objeto principal de estudo. Outro aspecto relevante que merece ser estudado com profundidade trata da formação de pólos de excelência nas áreas de vocacionamento da região, colocado como forma de superação da competitividade concorrencial, em favor de uma visão estrategicamente ampliada, integradora e participativa para toda a região oeste. Sabe-se, contudo, que outras pesquisas vêm sendo feitas nestas temáticas e que poderão dar conta da problemática levantada pelos entrevistados.

IX – REFERÊNCIAS

- ABREU Alcides; ABREU, Ana Cláudia Donner. **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, versão 1996, instrumento para mudar a cara e o conteúdo do Brasil. Florianópolis. 1998.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**, 6ª ed. Rio de Janeiro: UNB & UFRJ, 1996.
- BELLONI, Isaura. Avaliação institucional e o compromisso social da universidade. In *Sitientibus: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana*. n.17, jul/dez.1997.
- BORDIGNON, Genuíno. **Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior**: um estudo das Fundações Educaconais de Santa Catarina. Rio de Janeiro: FGV, 1978.
- BOVO, José Murari. **Universidade e Comunidade**: avaliação dos impactos econômicos e prestação de serviços. São Paulo: Vozes, 1999.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 587, de 06 de novembro de 1991. Favorável à implantação do Projeto da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 25 nov. 1991, Seção 1.
- _____. Decreto s/n, de 14 de agosto de 1996. Credencia a universidade do Oeste de Santa Catarina, com sede na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 15 ago. 1996, Seção 1.
- CANUTO, Vera R.Albuquerque. **Políticos e educadores: a organização do ensino superior no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **Resultados e tendências da educação superior no Brasil**. URL: <http://www.inep.gov.br>. consultado em 02/outubro/2000.
- CATANI, Afranio Mendes (Org.). **Universidade Pública**: Políticas e Identidade Institucional. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1999.

- CIMADON, Aristides. **Tendências do ensino superior no Brasil: histórico e perspectivas**. URL: <http://www.unoescjba.rct-sc.br>. consultado em 14/novembro/2000.
- CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, CRUB. **Tendências da Educação Superior para o século XXI**. Fórum CRUB V. Ilhéus, 2000 (CD).
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Reforma universitária na nova lei de diretrizes e bases da educação nacional**. São Paulo: Cortez, 1997.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Universidade, Estado e Autarquia**. São Paulo: Ciência e Cultura, 1985.
- DIAS SOBRINHO, José. Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos. In: **Avaliação Institucional: teoria e experiências**/José dias Sobrinho/Newton Cesar Balzan (org). São Paulo: Cortez, 1995.
- DIAS SOBRINHO, José. Concepção de Universidade e avaliação institucional. In: TRINDADE, Hélió (org). **Universidades em ruínas** - na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREITAS, João de. **Universidade 2000**. São Paulo: UNA Editora, 1999.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo: RAE V35, n 2, 1995.
- GONÇALVES, Dalva C. Flexível, aberta, criativa: a LDB, o novo projeto educacional brasileiro. In **AMAE Educando n 267**. Belo Horizonte, 1997.
- GRAY, Sandra Trice. **Evaluation with Power**. San Francisco: Jossey – BassPublishers, 1998.
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL UNIFICADA DO OESTE DE SANTA CATARINA. Ata da primeira reunião da Assembléia Geral. Chapecó, 1990).
- _____ Estatuto. Joaçaba, 1991.
- KOURGANOFF, Wladimir. **A Face Oculta da Universidade**. São Paulo: UNESP, 1990.
- LAMPERT, Ernani. **Universidade Docência Globalização**. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- LEITE, Denise B.C.(org.) **Universidade Futurante: Produção do Ensino e Inovação**. São Paulo: Papyrus, 1997.

- LIANZA, Sidney. A Universidade, a sociedade e os trabalhadores. In **Universidade e sociedade**. Fortaleza: ANDES, Março/1999.
- LUCKESI, Cipriano Carlos et ali. **Fazer Universidade**: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1997
- LÜCKMANN, Luiz Carlos. **Sobre o contexto em que pode situar-se o Projeto Político-Pedagógico da UNOESC**. Chapecó, 1996 (mimeo).
- **Uma história construída a muitas mãos**. Chapecó, Maio/2000. (mimeo).
- MANDINO, O. G. **A Universidade do Sucesso**. São Paulo: Record, 1995.
- MARCOVITCH, Jacques. **A Universidade Impossível**. São Paulo: Futura, 1998.
- MENEGATTI, Clarice. **Metodologia e concepção de planejamento**: um estudo nas Fundações Universitárias do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1993. (Dissertação de Mestrado)
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Nacional de Educação**: Proposta do Executivo ao Congresso Nacional. Brasília: INEP/MEC, 1998.
- **Censo da Educação Superior**: URL: <http://www.inep.gov.br>. consultado em 06/julho/2000.
- MIRANDA, Maria José. Reflexões sobre a Universidade. **Jornal O Povo**. Fortaleza/CE: 10/06/2000.
- MONTEIRO, Carlos. **Universidades Corporativas e Universidades Tradicionais**: a migração de créditos. URL: <http://www.cmcconsultoria.com.br>. consultado em 26/agosto/ 1999.
- MOROSINI, Marília. Avaliação Institucional. In: COSTA, Maria José Jackson (org). **Avaliação Institucional: desafios da universidade diante de um novo século**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1997.
- NAGAMINE, José M. **Universidade e Compromisso Social**: a experiência da reforma da PUC/SC. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1997
- ORTEGA Y GASSET, José. **Missão da Universidade**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- PENTEADO, Silvia Teixeira. **Identidade e Poder na Universidade**. São Paulo: Cortez, 1998.
- PIRES, Maria Luiza. Universidade e sociedade: novos tempos, novos compromissos. In SymposiumM: **Revista da Universidade Católica de Pernambuco**, Ano 3, dez. 1999.

- RISTOFF, Dilvo Ilvo. Avaliação Institucional e o desafio de uma nova era. In: COSTA, Maria José Jackson (org). **Avaliação Institucional: desafios da universidade diante de um novo século**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1997.
- **Universidade em foco:** reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.
- ROMERO, Joaquim J.B. Concepções de universidade. In FINGER, Almeri Paulo (org). **Universidade: organização, planejamento, gestão**. Florianópolis: UFSC/CPGA/NUPEAU, 1988.
- ROSSETTO, Santo. UNOESC: passado, presente e futuro. Chapecó, Setembro/2000. (mimeo).
- SALMERON, Roberto A. **A Universidade Interrompida**. Brasília: UNB, 1999.
- SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 1998.
- SCHLEMPER Jr., Bruno Rodolfo. Universidade e Sociedade. In: VAHL, Teodoro Rogério; MEYER, Victor Júnior, FINGER, Almeri Paulo (org.). **Desafios da administração universitária. Organizadores:** Trabalhos apresentados no Seminário Internacional de Administração Universitária. Florianópolis: UFSC, 1989.
- TEIXEIRA, Anísio. **Esnino Superior no Brasil:** análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro, FGV, 1989.
- TEIXEIRA, Anísio. **Universidade de Ontem e de Hoje**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Estudos e Debates:** uma política de ensino superior. CRUB, Março/1999
- TRINDADE, HELGIO (org.) **Universidade em Ruínas:** na República dos Professores. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- TRIVIÑOS, A N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. Atlas, 1987.
- UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Projeto de Universidade**. Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina: Joaçaba/Chapecó/Videira. Porto Alegre: Evangraf, 1991.
- **Relatório do Processo de Reconhecimento**. Volumes I a VIII. Chapecó: UNOESC, 1995.

- **Relatório-síntese do Diagnóstico Institucional.** Chapecó: UNOESC, 1997.
- **Credenciamento Público – Legitimidade Social.** Planejamento Estratégico 1999-2010. Chapecó: UNOESC, 1999.
- **UNOESC Em Números.** Chapecó: Reitoria, Agosto/2000.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. **O que é universidade.** 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- **O que é Universidade.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

ANEXOS

Anexo I – Roteiro das entrevistas

Anexo II – Organogramas da UNOESC:

1 - Da criação

2 - Do reconhecimento

3 - Atual

ANEXO I

Roteiro das entrevistas

A TRAJETÓRIA HISTÓRICO-INSTITUCIONAL DA UNOESC: LEGITIMIDADE E PERSPECTIVAS

ROTEIRO DAS ENTREVISTA

1. Sobre o processo de institucionalização da UNOESC:
 - a) Quais as razões maiores que levaram à criação da Universidade do Oeste de Santa Catarina?
 - b) Aponte dificuldades que interferiram no processo de criação e implantação da UNOESC.

2. Sobre a importância/relevância da Universidade do Oeste de Santa Catarina para o grande oeste catarinense:
 - a) Na sua opinião, a UNOESC vem cumprindo o seu papel de agente propulsor do desenvolvimento regional, em ação conjunta com os setores produtivos? Por que?
 - b) Na sua visão, as ações da UNOESC vêm de encontro aos anseios e expectativas da comunidade? Comente.

3. Tendo presente o processo de auto-construção, a atuação, a expansão, as dificuldades e conquistas da Universidade do Oeste de Santa Catarina nesta primeira década de vida, na sua opinião, quais as suas perspectivas de futuro quanto:
 - a) Ao modelo organizacional;
 - b) Expansão acadêmica;
 - c) Pertinência/relevância social

ANEXO II

Organogramas da UNOESC:

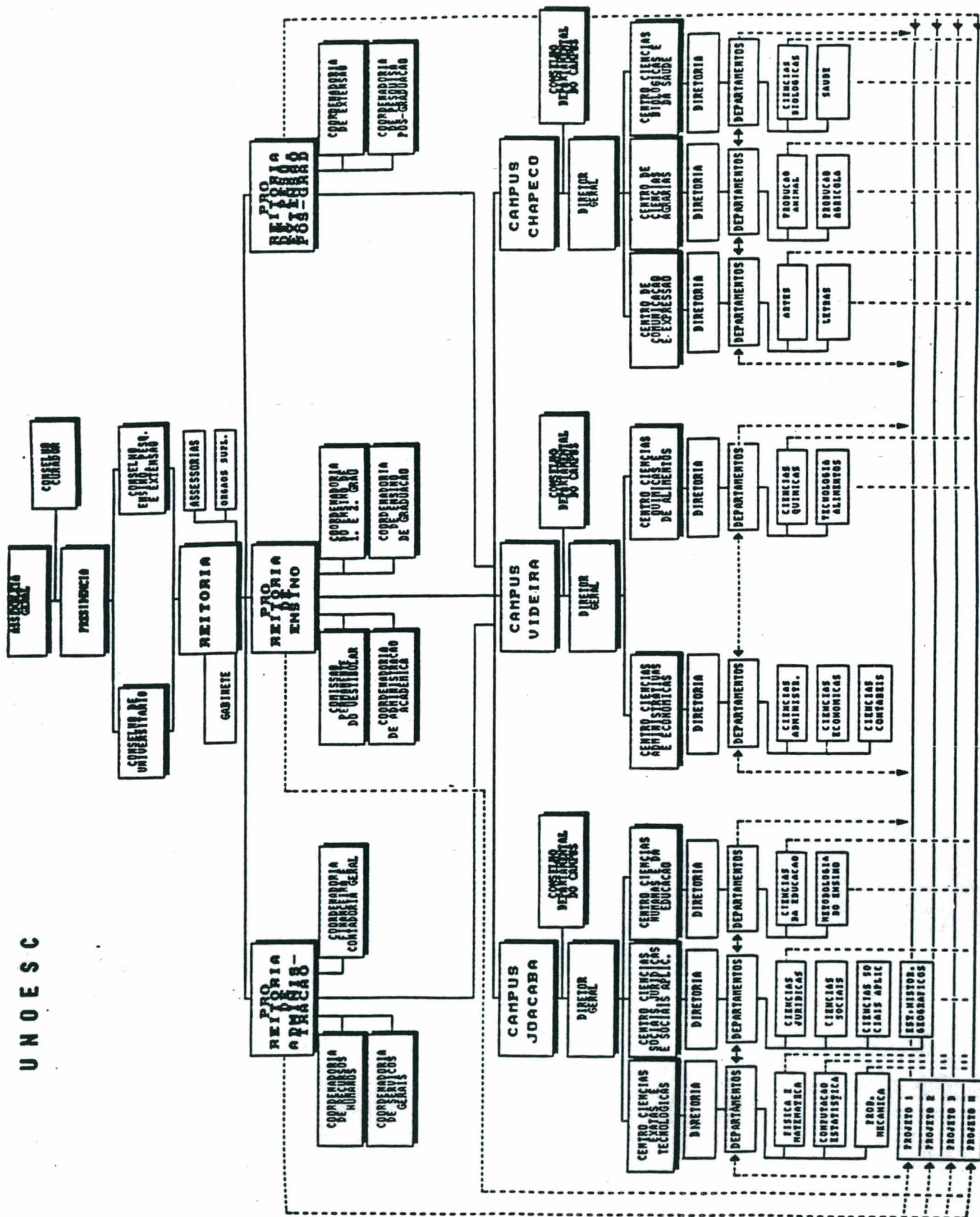
1 - Da criação

2 - Do reconhecimento

3 - Atual

ORGANOGRAMA = PROJETO DE UNIVERSIDADE

UNOESC



ORGANOGRAMA DA NOVA ESTRUTURA DA UNOESC

